



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ /SC  
GRADUAÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TAIS ANDREIA CAMARGO**

**INSERIDO OU INCLUÍDO? UMA ANÁLISE SOBRE ESTUDANTES COM  
AUTISMO MATRICULADOS NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE  
CHAPECÓ**

**CHAPECÓ  
2015**

**TAIS ANDREIA CAMARGO**

**INSERIDO OU INCLUÍDO? UMA ANÁLISE SOBRE ESTUDANTES COM  
AUTISMO MATRICULADOS NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE  
CHAPECÓ**

Projeto apresentado ao Componente Curricular de TCCII do Curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, como requisito parcial para conclusão do Curso de Graduação.

Orientadora: Profa. Dra. Claudete Gomes Soares.

**CHAPECÓ  
2015**

**DG/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação**

Camargo, Tais Andreia  
INSERIDO OU INCLUÍDO?: UMA ANÁLISE SOBRE ESTUDANTES  
COM AUTISMO MATRICULADOS NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE  
CHAPECÓ/ Tais Andreia Camargo. -- 2015.  
80 f.

Orientadora: Claudete Gomes Soares.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências  
Sociais , Chapecó, SC, 2015.

1. INCLUSÃO. 2. EXCLUSÃO. 3. TRANSTORNO DO ESPECTRO  
AUTISTA. 4. ESCOLA . I. Soares, Claudete Gomes, orient.  
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**TAIS ANDREIA CAMARGO**


**UMA ANÁLISE SOBRE ESTUDANTES COM AUTISMO MATRICULADOS  
NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE CHAPECÓ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Claudete Gomes Soares.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 16 / 12 / 2015

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr<sup>a</sup>. Claudete Gomes Soares – UFFS



Prof. Dr. Leonardo Rafael Santos Leitão – UFFS



Prof. Dr. Ubiratan Vieira - UFFS

*Dedicado a Gamalyel Camargo,  
inspiração para realização desta  
pesquisa.*

## AGRADECIMENTOS

O percurso da graduação teve grandes percalços, mas a existência de pessoas que acreditam em meu potencial e decorridas vezes mais que eu mesma, fez com que fosse impulsionada a não desistir.

Agradeço de forma sincera aos meus filhos queridos, Gregory, Gabor, Kimberly filha preciosa, companheira em todos os momentos e também colega na disciplina sociologia da educação. Amado Gamalyel que tem me ensinado dia a dia a valorizar e apreciar o modo de ser diferente do padronizado, inspiração e motivação da pesquisa. Não esquecendo a pequena Lorenza Maysa, sua chegada em meio a esta graduação foi desafiador, mas tornou nossa família muito mais linda. Não posso deixar de agradecer a Pamela Maurer de grande ajuda durante este processo, auxiliando nos cuidados com Lorenza.

Agradeço aos meus irmãos que mesmo distantes, torcem por mim. Minha mãe Gessi Machado exemplo de mulher, sempre me incentivando a ser forte e a não desistir. Não esquecendo o exemplo de meu pai Adalberto Camargo (in memoriam) que mesmo não tendo oportunidade de estudar e sendo analfabeto comprava livros incentivando o gosto pela leitura, esta conquista também é sua, Sr. Adalberto.

Agradeço a todos meus amigos que sempre estavam presentes para dizer *“você vai conseguir”*.

Aos professores que em sua maior parte souberam olhar as particularidades de cada docente, e compreender o sofrimento em meio as tentativas de superação. São grandes exemplos que tive ao longo deste percurso. A coerência entre o discurso e a prática é o que levo como referência para a docência.

Entre tantos professores excelentes que tive, não posso deixar de citar de maneira especial a professora Tânia Welter, um ser humano incrível com quem tive a oportunidade de aprender dentro do projeto PIBID de ciências sociais, a importância de um bom professor na vida de um discente.

Agradeço especialmente a minha orientadora professora doutora Claudete Gomes Soares, a quem no decorrer da graduação aprendi a admirar não somente pela exímia profissional da educação que é, mas também me

sinto agraciada por ter a oportunidade de conhecer o ser humano incrível existente por trás daquele olhar austero. Quando eu “crescer” quero ser igual a ela.

Finalizando, agradeço aquela pessoa mais que especial, meu amor, companheiro maravilhoso que não tem medido esforços para que esta conquista se realizasse, esforço estes tais como, mesmo cansado após o trabalho sempre encontrava um jeito de correr para a universidade me buscar, ou quando eu chegava em casa exausta, lá estava ele com a mesa decorada com um lindo jantar preparado com todo carinho. Alor Luís Limberger, palavras não poderiam expressar com exatidão o que sinto. Você é parte fundamental desta conquista.

## RESUMO

O mundo contemporâneo é permeado por demandas que buscam uma sociedade com menor desigualdade. Uma dessas demandas é a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar, de trabalho ou outros espaços de socialização. A presente pesquisa procurou compreender como ocorre o processo da inclusão do sujeito com Transtorno do Espectro Autista que frequenta o Serviço Educacional de Atendimento Especializado do Centro de Atividades Psicofísicas Patrick, matriculado no ensino regular da cidade de Chapecó. Deste modo foi verificado se a inclusão deste estudante no sistema regular de ensino ocorre apenas em âmbito jurídico em virtude das leis existentes, ou se este sujeito encontra-se incluído de fato e não apenas ocupando um espaço físico no ambiente escolar. Buscou-se verificar a aplicabilidade das leis no que tange ao direito destes estudantes a terem Atendimento Educacional Especializado e condições de permanência na escola com qualidade e igualdade de condições. O método utilizado foi de cunho qualitativo com observação participante nas quatro escolas da cidade de Chapecó onde estes estudantes encontram-se inseridos. Os elementos fundamentais presentes nesta pesquisa foram o princípio de normalidade conceituado por Foucault e as marcas traduzidas como estigma para Goffman. Estes conceitos foram importantes para análise do fator inclusão tão presente nos debates contemporâneos e objeto de análise desta pesquisa.

Palavras chave: Escola - Transtorno do Espectro Autista – Inclusão



## **ABSTRACT**

The contemporary world is permeated by demands that they seek a society with less inequality. One of these demands is the inclusion of people with disabilities at school, work or other socialization spaces. This research sought to understand how to center the process of inclusion of the subject with Autistic Spectrum Disorder who attends the Educational Service of Specialized Care of occurs Activities psychophysical Patrick, enrolled in regular schools of the city of Chapecó. Thus it was found that the inclusion of students in the regular education system occurs only in legal framework by virtue of existing laws, or if the subject is included in fact and not just occupying a physical space in the school environment. We attempted to verify the applicability of the laws regarding the right of these students to have Service Specialized Educational and conditions of stay at school with quality and level playing field. The method used was qualitative study with participant observation in the four Chapecó from city schools where these students are inserted. The key elements for this research were the principle of normality conceptualized by Foucault and brands translated stigma for Goffman. These concepts were important to analyze the inclusion factor so present in contemporary debates and analyzed in this research.

Key words: School - Disorder Autism Spectrum – Inclusion

## **LISTA DE SIGLAS**

Associação de mães de autistas (AMA)

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE),

Atendimento Educacional Especializado. (AEE)

Centro de Atendimento Especializado (CAESP)

Centro de Atividades Psicofísicas Patrick (CAPP)

Gerencia Regional de Educação (GERED)

Manual Diagnóstico E Estatístico DE Transtornos Mentais (DSM V)

Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE)

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>A FUNÇÃO DA ESCOLA ENQUANTO INSTITUIÇÃO EDUCADORA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA E O REVERSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> ....	<b>25</b>
2.1	DURKHEIM E A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA SOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO .....	25
2.2	A ESCOLA COMO MODELO DE REPRODUÇÃO E NÃO DE TRANSFORMAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE BOURDIEU .....	28
2.3	A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO MODELO DE VIGILÂNCIA E SOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO .....	31
2.4	BREVE HISTÓRICO SOBRE INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO ESCOLA NO BRASIL .....	35
<b>3</b>	<b>TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA</b> .....	<b>43</b>
3.1	O AUTISTA EM SALA DE AULA .....	47
<b>4</b>	<b>A DIALÉTICA DA INCLUSÃO DO SUJEITO COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE CHAPECÓ</b> .....	<b>53</b>
4.1	INCLUSÃO X EXCLUSÃO .....	53
4.2	A ESCOLA E A INCLUSÃO DO DIFERENTE EM SALA DE AULA.....	62
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>69</b>
	<b>REFERENCIAS</b> .....	<b>71</b>
	<b>APÊNDICE</b> .....	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nunca se tem certeza de não estar sonhando, nunca existe uma certeza de não ser louco (FOUCAULT, 2014, p.47)

Na contemporaneidade muito se tem falado sobre a necessidade de incluir pessoas com deficiência no ambiente escolar, sem expor as ações e questões que permeiam esta inclusão, ela realmente se efetiva na prática ou fica relegada ao âmbito jurídico? Visto que o tema da inclusão é tarefa que desafia a sociedade de maneira geral que busca a inserção deste sujeito que destoa dos demais tendo em vista suas peculiaridades, abordaremos nesta pesquisa o sujeito com Transtorno do Espectro Autista.

O presente trabalho buscou essencialmente à compreensão de como ocorre à inclusão do sujeito com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular da cidade de Chapecó, pois muito se tem falado sobre a inclusão deste sujeito, seja na escola ou em outros espaços de socialização.

A mídia muitas vezes romantiza ou mesmo acaba por banalizar através de novelas o indivíduo com Transtorno do Espectro Autista. Como docente coube-me investigar como a inclusão está sendo realizada na rede regular de ensino de Chapecó. Como este sujeito “estranho” foi incluído em sala de aula levando em conta suas peculiaridades como sujeito com o Transtorno do Espectro Autista.

Em uma sociedade onde padrões de comportamento tidos como normais estão sempre sendo cobrados, especialmente no espaço da escola onde regras e disciplina são atributos essenciais esperados por todos que dela fazem parte, como incluir este sujeito que vem carregado por marcas que culminam por estigmatizá-lo perante os ditos sujeitos normais?

A característica central da situação de vida do indivíduo estigmatizado pode, agora, ser explicada. É uma questão do que é com frequência, embora, vagamente chamado de “aceitação”. Aqueles que têm relações com ele não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever e que ele havia previsto receber; ele faz eco a essa negativa descobrindo que alguns de seus atributos a garantem. (GOFFMAN, 2013, p. 18)

Buscou-se investigar se este indivíduo “aceito” no ambiente do ensino regular pela força da lei da inclusão está de fato incluído.

Esta pesquisa teve como foco a percepção de pais e professores de como a inclusão deste sujeito que foge a norma esta sendo realizada no ensino regular da cidade de Chapecó.

Atualmente ouvimos quase que diariamente falas referindo-se a importância de uma educação de qualidade. Mas para Davock (2007, p.506)

A expressão “qualidade em educação”, no marco dos sistemas educacionais, admite uma variedade de interpretações dependendo da concepção que se tenha sobre o que esses sistemas devem proporcionar à sociedade. Uma educação de qualidade pode significar tanto aquela que possibilita o domínio eficaz dos conteúdos previstos nos planos curriculares; como aquela que possibilita a aquisição de uma cultura científica ou literária; ou aquela que desenvolve a máxima capacidade técnica para servir ao sistema produtivo; ou, ainda, aquela que promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social, por exemplo.

O direito a uma educação de qualidade descrita acima precisa estar presente numa educação que se denomina inclusiva. Abarcando esta significação de qualidade em educação a hipótese levantada é de que a inclusão ocorre de maneira ineficiente na cidade de Chapecó, ficando relegada apenas ao âmbito jurídico.

Fui motivada a desenvolver a pesquisa com este tema por ter um filho autista, deste modo a pesquisa torna-se também um desafio pessoal, tendo em mente a necessidade da seriedade do pesquisador que precisa manter distanciamento do objeto a ser pesquisado, para que ocorra fidedignidade nos dados obtidos.

Durante muitos anos, famílias que tinham algum membro familiar com qualquer deficiência tinham grandes dificuldades em conseguir matricular seu (a) filho (a) em alguma escola. Existia um grande preconceito e uma concepção de que pessoas com deficiência não possuíam capacidade para aprender.

*“Eu tive muita dificuldade em matricular ela, especialmente no início da lei de inclusão, nenhuma escola queria aceitar ela como aluna, ficavam apavorados com os gritos constantes”*. Relato da mãe da estudante Ana<sup>1</sup> sobre os obstáculos enfrentados para conseguir matricular em uma escola.

---

<sup>1</sup> Todos os nomes utilizados no trabalho são fictícios.

No século XXI tem-se discutido amplamente a necessidade da inclusão de pessoas com deficiência, seja no ambiente escolar ou fora dele, neste sentido torna-se relevante perceber de que forma esta inclusão de sujeitos autistas tem sido praticada na rede pública da cidade de Chapecó e se esta inclusão está surtindo efeitos positivos na formação deste cidadão e para aqueles que estão envolvidos com eles, tais como pais e professores.

Nas ciências sociais é possível realizar uma análise de como as práticas de controle são estudadas de modo diverso pelos autores e as várias correntes teóricas.

Durkheim trabalha na perspectiva de que para que a sociedade não entre em estado de anomia é necessário que cada indivíduo esteja de acordo com as normas, para que a sociedade não se desorganize.

Pode-se analisar que o objetivo das instituições escolares tanto para Durkheim quanto para Foucault é sempre de procurar manter os indivíduos dentro da norma. As palavras empregadas nesta pesquisa tais como ensino regular já nos remete a pensar em um ensino que almeja regular o indivíduo ao padrão tido como aceitáveis em nossa sociedade. A pergunta que não quer calar é como isso pode ser efetivado com indivíduos tidos como Anormais? Pois o sujeito com Transtorno do Espectro Autista certamente não se encaixa no modelo padrão.

Na contemporaneidade Foucault (2014) nos leva a pensar de maneira essencialmente crítica sobre como o controle social é realizado pelas instituições. Na obra abarcada para elaboração deste trabalho *A História da Loucura na Idade Clássica*, seus estudos nos revelam como o controle dos desviantes foi realizado, partindo da lepra, posteriormente as doenças venéreas e a peste, Foucault desvenda, com maestria, a forma como ocorreu a exclusão em cada uma delas.

Outra obra de Foucault (2001) não menos importante presente nesta pesquisa trata-se de *Os Anormais*, onde novamente fica visível o poder das instituições nas práticas para se normalizar o monstro, Foucault menciona o que vem a ser este homem anormal do século XIX, seus estudos arqueológicos nos levam ao saber do que seria o monstro humano, o corrigível e também o masturbador.

Na obra *Vigiar e Punir* percebemos a escola utilizando técnicas para

docilizar os corpos. A disciplina é atributo essencial de correção, mas no caso do sujeito da pesquisa, suas especificidades desviantes, estão relacionadas a aspectos biológicos. Deste modo como o método utilizado para disciplinar pode surtir efeito?

O perceptível ao se estudar Foucault é a necessidade latente de problematizarmos este conceito de normalidade, essa problematização tende a levar a sociedade a desnaturalizar este termo construído historicamente.

O trabalho teve sua relevância justificada por dois fatores que considero fundamental: a visibilidade do tema da inclusão, bem como a quase inexistência de trabalhos sobre o tema no âmbito das ciências sociais. Considero que como docente, mesmo que não da educação especial, seja necessário um olhar sobre os sujeitos “diferentes” que certamente me depararei em sala de aula.

Transtorno do Espectro Autista é um tema que tem angustiado tanto pais como profissionais da área médica, que procuram conhecer as peculiaridades relacionadas com o transtorno em sujeitos diagnosticados, bem como as causas que levam ao desenvolvimento do transtorno.

Devido a Lei Berenice Piana<sup>2</sup>, que diz respeito aos direitos dos estudantes autistas estarem incluídos no sistema regular de ensino outro grupo que tem se preocupado com o tema são os docentes nos quais me incluo.

A lei Berenice Piana bem como o Estatuto do Deficiente<sup>3</sup>, outro instrumento importante para se assegurar os direitos das pessoas com deficiência, entre estes o sujeito autista, que agora é reconhecido como deficiente, trouxeram um debate aclamado e controverso no segundo semestre de 2015, especialmente no que tange o direito à inclusão de autistas e demais deficiências sem cobrança extra na rede particular de ensino.

A prática de cobrança dos encargos relativos ao segundo professor é ilegal, mas muitos pais se submetem a esta prática no ensino privado por entenderem que desta maneira seu filho (a) terá maiores chances de ser de fato incluso e não apenas inserido no ensino regular.

Dentre os obstáculos levantados pelas escolas particulares estão os gastos com acessibilidade, tais como rampas, materiais em braile, banheiros e

---

<sup>2</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)

<sup>3</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

salas adaptados e profissionais da área tais como Psicopedagogos, Neuropsicólogos, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais, Fonoaudiólogos, etc. Talvez essa recusa em aceitar este ser diferente passe pela compreensão de uma inclusão de fato e não apenas mais um lugar ocupado dentro da escola.

As escolas particulares entendem que é obrigação do estado promover o ensino de qualidade para pessoas com deficiência não cabendo a elas o ônus desta conta.

O preconceito vivenciado por sujeitos autistas se manifesta de diferentes maneiras, em conversa com a mãe de Ana<sup>4</sup> a mesma fez um relato de já ter ouvido algumas vezes comentários do gênero: “mas ela é tão linda, não parece ter alguma coisa” Pode-se comparar a fala da mãe da estudante Ana com um depoimento realizado por um autista no documentário francês intitulado “O cérebro de Hugo”<sup>5</sup>, onde Joseph Chavanet com diagnóstico de autismo relata que um jornalista fez a seguinte análise de sua condição : “ *Que contanto que eu fique imóvel sem falar eu posso me passar por normal, se eu me mexer um pouco, podem ficar em dúvida, e quando eu abro a boca é o fim*” . Evidencia-se nestes comentários o quanto a deficiência é “feia”, ou ligada à aspectos estranhos, perante a sociedade que deprecia o que é diferente, o que não é a norma.

*“Simplesmente ninguém queria ela como aluna, ficavam apavorados com os gritos que eram constantes”*. Este relato foi realizado pela mãe da estudante Ana sobre sua tentativa frustrada em conseguir matrícula em uma escola particular para Ana. Essas experiências são bem sintetizadas por Goffman:

Sugiro, então, que individuo estigmatizado – pelo menos o “visivelmente” estigmatizado – terá motivos especiais para sentir que as situações sociais mistas provam uma interação angustiada. Assim deve-se suspeitar que nós, normais, também acharemos essas situações angustiantes. (GOFFMAN, 2013, p. 27)

O estigma que o sujeito com Transtorno do Espectro Autista traz consigo não se faz presente em suas características físicas, salvo algumas exceções, quando o autismo estiver relacionado com outras síndromes que apresentem características físicas. E isto faz com que o preconceito se faça ainda mais

---

<sup>4</sup> Todos os nomes aqui citados são fictícios como forma de preservar a identidade das pessoas envolvidas na pesquisa

<sup>5</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=PKhS4WIG234>



aguçado, pois os pais relatam que quando seus filhos (a) entram em padrão de comportamento as pessoas confundem com falta de limites e má educação. A mãe do estudante Paulo faz o seguinte relato:

*“Tive muitas dificuldades, discriminação social especialmente, durante muito tempo fiquei sem ir com ele a restaurantes, festas, casas de amigos porque as pessoas não entendiam, achavam que ele era uma criança mal educada. Ele era curioso abria e fechava portas, mexia nas coisas, se metia nas conversas, tentar explicar isso pra uma criança que supostamente é normal que acompanha o raciocínio já é difícil então imagina pra um autista”*

Desta maneira as marcas que o sujeito autista carrega não são visíveis em sua aparência, mas em seu modo de agir que é contrário ao que se espera do comportamento de um sujeito normal, estas marcas se expressam através das estereotípias, tais como o balançar do corpo em movimentos repetitivos, bater de palmas, gritos, risos e choros sem motivo aparente.

Contribuem para minha pesquisa, sobre inclusão na cidade de Chapecó, o princípio de normalidade trazido por Foucault e as marcas vistas como estigma abordadas por Goffman.

O estudante com o Transtorno do Espectro Autista é o desviante conceituado por Foucault, agora inserido em sala de aula. Tenderá a sofrer discriminação? Como aquele que foge a lógica da padronização normalizadora pode ser incluído?

Na pesquisa, a utilização de um método que possa trazer fidedignidade é de extrema importância. De acordo com Cerro, Bervian e Silva (2007, p.27) “método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir certo fim ou resultado desejado. [...] conjunto de processos na investigação e na demonstração da verdade”.

O método se configura como sendo um instrumento de investigação científica, que fundamentado se desenvolve para resolver o problema de investigação científica e resolver o problema de pesquisa e confirmar ou refutar as hipóteses levantadas para atingir os objetivos propostos na pesquisa.

O presente trabalho se constituiu de uma pesquisa teórica – prática. Se configurando como uma pesquisa qualitativa, com observação participante nas escolas onde sujeitos desta pesquisa estão inseridos.

Como a pesquisa envolveu quatro estudantes em escolas diferentes, fiquei durante uma semana em cada escola observando desde o momento em

que o estudante chegava a escola até sua saída. Deste modo foi observado o intervalo, idas ao ginásio de esportes, as bibliotecas e laboratório de informática, onde os sujeitos se fizeram presentes:

O estímulo para compreender, no próprio ato de observar a escola, associa ao senso comum as categorias da ciência social e as do próprio sistema educacional. Apela-se para a ideia de “instituição” a fim de encontrar parâmetros e modelos, localizar hierarquias, identificar as normas que regem a organização escolar e o comportamento individual (ESPELETA; ROCKWELL, 1989. p 16)

Esta pesquisa usa o método qualitativo, por ser este capaz de dar suporte necessário para a elaboração de hipóteses prévias e gerais a respeito do tema apresentado. Dentre as principais características apresentadas pelo método de pesquisa qualitativa se destacam os seguintes (GODOY, 1995): a pesquisa ocorre no ambiente natural, sendo neste que ocorre a coleta de dados; a pesquisa qualitativa tem caráter descritivo, o pesquisador tem como foco a descrição fiel dos relatos das pessoas acerca de suas vidas, condições e objetos que os rodeiam; o enfoque indutivo, que tenta obter conteúdos compatíveis com o referencial teórico.

Neves (1996) argumenta que a pesquisa qualitativa se mostra como um método favorável no campo das ciências sociais, visto que esta se utiliza de técnicas interpretativas com o intuito de decodificar e descrever fenômenos sociais e significados complexos. Este método tem por finalidade criar uma aproximação entre as teorias apresentadas e os dados levantados, de modo a tentar interpretar, para uma posterior tradução, os eventos sociais.

Para delimitar a pesquisa, foram escolhidos os sujeitos em fase de adolescência com autismo que frequentam o Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE) do Centro de Atividades Psicofísicas Patrick (CAPP) e inseridos no ensino regular da cidade de Chapecó.

O Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick – CAPP é uma organização privada que realiza uma atividade econômica principal de associação de Defesa de Direitos Sociais. O CAPP localiza-se na Avenida Fernando Machado centro de Chapecó.

O CAPP foi fundado no dia 13 de dezembro de 1991 com finalidade de ser um Centro de referência em Educação Especial, para pessoas com deficiência, os chamados educandos, ao perceber que na região existia um número significativo de pessoas que não tinham um acompanhamento.

Entre as principais fundadoras Ana Lúcia Alexandre Dalla Costa, Mirian Tiecher Borges e Lara Pereira Koschinick propuseram a sociedade a necessidade de desenvolver um trabalho para as pessoas que se encontravam com deficiência. Por mais que o CAPP seja um órgão privado, realiza parcerias com a prefeitura e outras instituições públicas, tendo inclusive atendimento pelo SUS.

Sua principal missão é garantir através da educação especial, condições sociais para desenvolver a inclusão e a cidadania. Entre seu principal objetivo está proporcionar ao educando ou paciente com deficiência o acesso ao conhecimento científico para que o educando, o frequentador do CAPP, possa desenvolver suas atividades de vida diária, tendo em vista um desenvolvimento e uma formação que vise à inclusão, tanto, social, escolar e do mercado de trabalho.

Entre os serviços clínicos prestados, estão o atendimento especializado, a clínica de reabilitação com serviços de Neuropediatria, Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Serviço Social, Pedagogia, Oftalmologia e o Centro de Atendimento Especializado (CAESP), além do SAEDE, que se trata de um serviço de atendimento educacional especializado que engloba educandos de 4 a 17 anos.

As atividades realizadas englobam a Educação Infantil, onde ocorre a estimulação essencial. O serviço pedagógico está dividido entre Específico de 4 a 6 anos, 7 a 14 anos, 12 a 16 anos, específico TID/Autismo, surdo e cego, além de desenvolver oficinas educativas pedagógicas, oficina ocupacional, que visa desenvolver no educando uma iniciação para o trabalho e cursos de qualificação profissional que ocorrem com outros órgãos e entidades.

Entre os serviços de atendimento especializado podemos citar Psicopedagoga, Equoterapia, Cinoterapia, Atividades Aquáticas, Hidroterapia, Dança Terapia, Arte terapia, Dança Educação, Ballet, Psicomotricidade, Informática, Tecnologia Assistida, que visa compreender todos os recursos e serviços que possam contribuir para a pessoa com deficiência possa desenvolver sua independência e Atividades da Vida Diária e Prática.

O Centro de Atividades Psicofísicas Patrick leva esse nome em memória ao primeiro estudante da Instituição.

Para delimitar esta pesquisa, foram escolhidos sujeitos com autismo em fase de adolescência que frequentem o SAEDE do CAPP e estejam inseridos no sistema regular de ensino da cidade de Chapecó.

Os sujeitos desta pesquisa frequentam o CAPP para atendimentos clínicos sendo atendidos por uma neuropediatra que atende eles no CAPP via SUS. Também praticam equoterapia uma vez por semana durante vinte e cinco minutos junto ao batalhão do corpo de bombeiros da cidade de Chapecó. Tem sessões de fonoaudiologia e psicologia uma vez por semana e o SAEDE do CAPP.

Importante salientar o fato de que antes da lei da inclusão, o CAPP funcionava como uma escola, as crianças com deficiências eram encaminhadas por algum profissional da área médica ou então os próprios pais sabendo da necessidade do filho procuravam atendimento ali.

Primeiramente era realizada uma avaliação com o profissional fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, psicopedagogo e fisioterapeuta. Na sequência era realizado um programa específico para a necessidade daquela criança. Até a idade de quatro anos frequentava a sala de estimulação essencial, o programa atribuído para aquela criança era desenvolvido pela mãe com a supervisão de um psicopedagogo sempre presente na sala.

Também existiam no CAPP salas de educação infantil e sala para autistas, sendo que os casos considerados mais graves eram atendidos sempre no pedagógico de forma individual. Os educandos frequentavam o CAPP todos os dias e algumas vezes nos dois períodos para outros atendimentos além do pedagógico.

Com a lei da inclusão a dinâmica de funcionamento mudou, pois o CAPP não pode atuar como escola. Hoje as pessoas que necessitam são encaminhadas via SUS e também de forma particular para atendimentos clínicos, e os educandos do CAPP necessitam estarem inseridos no ensino regular, tendo no CAPP apenas serviços clínicos, equoterapia, hidroterapia, cinoterapia e em alguns casos o Serviço Educacional de Atendimento Especializado (SAEDE), como é o caso dos estudantes desta pesquisa..

Em conversa informal com a coordenadora pedagógica da instituição sobre o fato destes estudantes frequentarem o SAEDE do CAPP e não das

escolas onde estudam como é habitual, indaguei se havia alguma diferença entre o atendimento do SAEDE do CAPP e das demais escolas, ao que ela garantiu que não.

Os sujeitos desta pesquisa foram: Ana com idade de 13 anos, inserida na Escola Estadual Laura Santos, Paulo com doze anos de idade, inserido na Escola Estadual Ernesto Lima, Pedro com doze anos de idade, inserido na Escola Municipal Paulo Freire e Carlos de doze anos de idade que frequenta a Escola Municipal Alfredo Dias.

O processo inicial da pesquisa de campo deste trabalho teve alguns percalços tais como a dificuldade em conseguir autorização para início das observações de campo. Após consolidado os trâmites legais pelos quais a pesquisa passa deu-se início as observações em campo.

A escola onde inicie as observações foi a Escola Estadual Pedro Campos situado no centro da cidade de Chapecó, conta atualmente com cerca de 1050 estudantes divididos entre ensino fundamental e médio.

Ao chegar à escola e me identificar sobre a pesquisa que estaria realizando, fui informada pela pessoa responsável pelo setor de pesquisa sobre a necessidade de usar um crachá e respeitar os horários, entre outras coisas como um estudante da referida escola. Sandra também deixou claro sobre eu não poder entrevistar a segunda professora na escola, pois ela necessitava ficar todo o tempo com o estudante Paulo.

Senti-me como alguém que estava na escola incomodando, e pareceu-me que se não fosse pelo fato de ter autorização da GERED, certamente minha estada na escola seria barrada.

Chegar às escolas que vão ser observadas e registrar o que se observa supõe múltiplas tensões para o pesquisador. Mesmo quando a preparação prévia tenha colocado em duvida os preconceitos e estejam claros os problemas teóricos que demarcam a busca, impõe-se, de todos os modos, uma vigilância permanente. Deduz-se também das abrangentes perguntas iniciais uma ampla e inquietante determinação para o registro da informação de campo: registrar “tudo” o que se vê. Não é fácil. ( ESPELETA; ROCKWELL, 1989. p 15)

A escola Dom Pedro I onde o estudante Pedro estuda esta localizada em um bairro da periferia de Chapecó atendendo cerca de 1050 estudantes do

ensino fundamental. Como é uma escola da rede municipal, para exercício da pesquisa precisei de autorização junto a secretaria municipal de educação.

O processo para autorização levou mais de um mês entre idas e telefonemas a secretaria de educação. Na primeira visita fui informada que o projeto seria analisado por uma comissão e num prazo de quinze dias seria dado retorno. O prazo de quinze dias expirou e houve necessidade de algumas ligações, quando na ultima tentativa ouvi um sonoro *“nós iremos te ligar quando tudo estiver analisado”*

Após conseguir a autorização liguei para a escola Dom Pedro I explicando o teor da pesquisa e prontamente fui informada que poderia dar inicio a observação em sala no dia seguinte.

Ao chegar à escola fui muito bem acolhida , ao contrário do clima que percebi na escola anterior, na escola Dom Pedro a gestora levou-me até a sala dos professores explicando a todos o motivo de eu estar ali, ela fez referencia ao fato de eu ser acadêmica da Universidade Federal da Fronteira Sul , percebi orgulho em sua voz, ao mencionar o nome da instituição a qual eu estava ligada.

A Escola Estadual Laura Santos onde a estudante Ana estuda, encontra-se localizada em um bairro próximo ao centro da cidade de Chapecó, atualmente a escola possui atualmente cerca de 1050 estudantes matriculados, sendo ensino fundamental e médio.

A estrutura física da escola é relativamente boa, as salas são climatizadas e o ginásio da escola foi construído recentemente.

Logo ao apresentar a pesquisa que realizaria na escola o gestor me encaminhou até a sala dos professores e conversou com a professora Rosinete que é segunda professora da estudante Ana sobre minha estada na escola para observações.

Por questões da ética essencial em trabalho de pesquisa, todos os nomes aqui citados são fictícios, tanto dos sujeitos quanto das escolas, pela compreensão que se deve preservar o sigilo sobre os que aqui participaram.

Durante a semana em que estive observando cada uma das escolas, fiz contato com os professores e os pais para posterior entrevista.

As dificuldades encontradas foram além das expectativas. Inicialmente se almejou entrevistar oito professores: o segundo professor de cada estudante

e mais um professor da sala. O estudante Carlos não possui segundo professor, deste modo foram entrevistados os outros três segundo professores, mais três professores de sala, visto que outros professores prontificaram-se a darem entrevistas. Mas depois de muitas idas até eles, com agendamento prévio, muitas vezes não compareciam ou então solicitavam que eu os procurasse em outro momento, alegando que tinha ocorrido algum fato e que a entrevista não seria possível. Assim às vezes solicitavam que os enviasse e-mails que nunca foram respondidos.

O pai do estudante Pedro também demonstrou receio em conceder a entrevista. Talvez ele pensasse se tratar de alguma coisa referente ao benefício do filho e tivesse medo de perdê-lo, sendo necessário algumas vezes ir até o este pai em sua residência, ao não encontrá-lo, suspeitei que estivesse dentro de casa escondido, visto que sua esposa sempre dava respostas evasivas sobre o horário que poderia encontrá-lo. A entrevista só foi possível quando fui até ele em um momento que não esperava.

Na Escola Estadual Laura Santos, onde a estudante Ana está inserida, as dificuldades encontradas foram muitas, mesmo que de forma velada, sempre percebi o direcionamento que procuravam dar, sugestionando que eu deveria entrevistar a pessoa responsável pelo setor de educação especial existente na escola. Mesmo quando deixei claro que o foco eram os professores de sala de aula da estudante e os pais, no dia da entrevista com a segunda professora, fui levada até o espaço onde a referida pessoa estava e ela interferiu o tempo todo na entrevista. Antes disso, outra profissional da escola apareceu e me disse que eu não poderia ficar ali mais que dez minutos, por considerar que estava atrapalhando a reunião que teriam. Reunião esta que, seria o dia todo e eu estava na Escola Laura Santos desde as 07h30min da manhã, tendo agendado a entrevista de maneira prévia com a professora Rosinete.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pais e professores dos sujeitos da pesquisa, sendo que tanto para o segundo professor como para o professor principal da sala os questionamentos foram os mesmos. Sendo eles: Qual a sua formação? Como se decidiu pela carreira do magistério? Há quanto tempo atua na área? Neste período que experiência teve com estudante com alguma deficiência? Como se sentiu ao saber que seria

professor de estudante com autismo? Você se sente preparado para lidar com a presença de um autista em sala de aula? Como se preparou? Você lembra-se de alguma situação envolvendo o estudante autista com os demais da turma que lhe marcou? Como sua escola tem contribuído para a inclusão, conhece algum projeto da escola que tenha a inclusão como foco? Como se dá a participação do sujeito autista no cotidiano de suas aulas com conteúdos e atividades propostas? O estudante autista costuma participar de atividades extraclasse tais como festas e passeios? Fale-me do seu trabalho com o estudante, como você avalia o desenvolvimento dele? Quais os principais desafios encontrados?

Entrevistei o pai do estudante Pedro, a mãe da estudante Ana e a mãe do estudante Paulo. Não foi possível a entrevista com a mãe do estudante Carlos, pois durante a semana em que estive fazendo observações na escola de Carlos, ele sempre chegava após o início da aula e na hora da saída a mãe não estava presente para que conseguisse agendar entrevista. Também nos dias que fazia observações do atendimento de Carlos no SAEDE do CAPP ele não estava. Em contatos posteriores com a mãe deste estudante não obtive retorno.

Para os pais as questões foram as seguintes: Você considera importante que seu filho frequente o ensino regular? Quais os maiores ganhos para você e para seu filho dessa presença dele na escola? Teve alguma dificuldade em matricular seu filho em alguma escola por ele ter autismo? Como é a relação de seu filho com a escola? Você já enfrentou dificuldade por ter um filho com autismo? Já sentiu vontade de tirar seu filho da escola? Seu filho participa das atividades extras que ocorrem na escola? Você diria que seu filho é feliz frequentando a escola que frequenta? Percebe alguma habilidade em seu filho? A escola trabalha essa habilidade?

A presente pesquisa foi concluída abarcando sentimentos contraditórios, por um lado o sentimento de felicidade por ter superado imensas dificuldades encontradas para que a pesquisa se realizasse. Dificuldades desde a liberação para início da pesquisa, onde foram diversas idas até a GERED e Secretaria de Educação do Município. Após a burocracia ser superada, o planejamento muitas vezes não se efetivava, visto que pretendia-se ficar uma semana em cada escola, mas em três das quatro escolas o tempo gasto acabou sendo



maior, pois algumas vezes os estudantes não compareciam e desta maneira o dia de observação precisava ser repostado, fator que ocasionou praticamente o dobro de tempo constado em cronograma.

Esta pesquisa compõe-se de três capítulos, onde no primeiro relaciono a função da escola enquanto instituição na perspectiva sociológica, para tanto foi usado às análises de Durkheim, que compreende o homem como ser social e nesta perspectiva a escola cumpre um importante papel na socialização deste indivíduo. Bourdieu que analisa a escola enquanto instituição essencialmente reprodutora e não transformadora, sua análise compreende o espaço da escola como legitimador das desigualdades e também de violência simbólica e o teórico Foucault cuja abordagem sustenta esta pesquisa. Foucault analisa a escola como um instrumento de vigilância, onde sanções são aplicadas e a disciplina é um fator importante para adestrar os corpos e torná-los úteis e produtivos. Também é realizada uma pequena abordagem de como iniciou o processo de inclusão de pessoas com deficiência no Brasil e como os deficientes e no caso da pesquisa o sujeito autista que agora é reconhecido como deficiente, tendo inclusive amparo da Lei Berenice Piana também discutida neste trabalho. No segundo capítulo, faz-se uma abordagem do que vem a ser o Transtorno do Espectro Autista (TEA), as peculiaridades referentes ao transtorno e a inserção deste sujeito no ensino regular de Chapecó, finalizando foi abordado o binômio inclusão exclusão trazendo relatos de pais e professores de como percebem este processo de ensino denominado inclusivo na cidade de Chapecó.

## 2 A FUNÇÃO DA ESCOLA ENQUANTO INSTITUIÇÃO EDUCADORA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA E O REVERSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

### 2.1 DURKHEIM E A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA SOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO

Nas ciências sociais encontramos excelentes autores que pensaram o processo educacional bem como a função social da escola. Como a pesquisa demandou um olhar sociológico na inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista no sistema de ensino regular da cidade de Chapecó, faz-se pertinente uma rápida retomada a estes autores.

Durkheim analisa a sociedade a partir da concepção de fato social, ao analisarmos, a educação por essa lógica veremos que ela tem um papel importante por ela ser externo e anterior ao indivíduo. Os indivíduos para viverem de acordo com as normas sociais são constrangidos pela sociedade, pois para o autor, nossas escolhas são limitadas e regidas pela maneira como a sociedade se organiza. A vida em sociedade é fundamental na perspectiva de Durkheim, pois:

[...] É a sociedade que nos lança fora de nós mesmos, que nos obriga a considerar outros interesses que não os nossos, que nos ensina a dominar as paixões, os instintos, e dar-lhes lei, ensinando-nos o sacrifício, a privação, a subordinação dos nossos fins individuais a outros mais elevados. Todo o sistema de representação que mantém em nós a ideia e o sentimento da lei, da disciplina interna ou externa, é instituído pela sociedade (1978, p. 45).

É nessa direção que Durkheim apresenta o objeto da educação:

[...] suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina (1978, p. 41).

Ele define a educação como ações exercidas pelas gerações que já são adultas para com as gerações que ainda não se encontram preparadas para a vida social. Nessa perspectiva a escola tem um papel primordial, pois, é nesse espaço que ocorre grande parte da formação e preparo para a vida social.

A educação acaba sendo transformadora para cada nova geração. Durkheim descreve a maneira que a educação se constitui numa socialização. Para ele a sociedade se encontra:

[...] a cada nova geração, como que diante de uma tabula rasa, sobre a qual é preciso construir quase tudo de novo. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ela agregue ao ser egoísta e associal, que acaba de nascer, uma natureza capaz de vida moral e social. Eis aí a obra da educação. Ela cria no homem um ser novo (1978, p. 42).

A inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista em nossos dias pode ser considerado um fato social, pois se impõe aos ditos cidadãos normal, ao mesmo tempo o indivíduo com autismo precisa obedecer às regras da sociedade a qual está inserido, precisa ser socializado, do contrário o ambiente escolar não funcionará de maneira harmônica como necessário na visão deste sociólogo.

Necessário compreendermos que Durkheim enfatiza a questão do coletivo, sendo o fato social imposto ao indivíduo e neste aspecto a organização é um importante elo para se gerar um bem estar da coletividade.

Importante pensarmos como poderia de forma peculiar a sociedade escolar de ensino regular com a presença do indivíduo autista que entra nesse espaço de forma diferenciada por conta de sua patologia e suas estereotípias características. Para o autor sempre que alguém quebra as regras impostas a vida em sociedade pode sofrer sanções, entrando aí a questão da ação socializadora.

A Ação socializadora dentro da escola irá trabalhar desenvolvendo as condutas e regras, na visão de Durkheim é necessário internalizar as condutas. Neste sentido o sistema de ensino tem papel preponderante para formar um cidadão disciplinado, As regras existem dentro da sociedade e um indivíduo normal se enquadraria facilmente. A escola irá auxiliar o indivíduo com autismo a viver de acordo com estas regras? A presença de um estudante com autismo no ambiente escolar foge da perspectiva de Durkheim, este sujeito não pode ser enquadrado em normas pensada para os “normais” visto os fatores biológicos presentes. O sujeito com autismo não se sentirá por exemplo constrangido em soltar gases em sala de aula ou arrotar ,este estudante não terá controle sobre o corpo, e este aspecto ficou presente nas observações em sala de aula.

No aspecto da educação, Durkheim enfatiza a importância da moral, sendo importante percebermos que esta moral não está ligada ao âmbito religioso, mas em algo que a escola precisa ensinar aos indivíduos que ali estão .

. A ação que acaba sendo exercida pela sociedade através da educação “não tem por objeto, ou por efeito, comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana” (DURKHEIM, 1978, p. 47).

O homem na visão de Durkheim é um ser essencialmente social sendo incapaz de viver e ser feliz sozinho. Internalizando as regras ele acaba sentindo prazer e realizado por fazer parte de um grupo, neste aspecto os alunos estão cientes do porque de obedecer as regras impostas pela instituição.

*“Ele é muito feliz frequentando a escola, até porque a escola não exige dele o que nós exigimos em casa, então ele até prefere ir para a escola do que ficar em casa”*- Fala da mãe do estudante Paulo , quando indagada se ele se sentia feliz em frequentar a escola.

Percebe-se uma contradição na fala acima com a função da escola na visão de Durkheim, pois a escola não tem a questão da afetividade latente como no grupo familiar, deste modo as regras que a escola impõe não carrega a “carga” afetiva que se encontra em uma família. O fato de a escola não estar cobrando do estudante Paulo o que se cobra em sua casa, em uma perspectiva Durkheimiana a escola esta se equivocando. Pois não é papel da escola ser condescendente e afetiva, mas sim, moldar o estudante de acordo com as regras existente na sociedade a qual ele vive. O autor enfatiza que a educação familiar e escolar tem influencia, sobretudo na personalidade dos indivíduos.

Na escola se formam predisposições internas para vivermos em um mundo de regras, na perspectiva de Durkheim o aprendizado do mundo social é altamente positivo. A felicidade percebida pela mãe do estudante Paulo em frequentar a escola pode ser advinda da necessidade que ele sente em precisar das mesmas regras aplicadas aos ditos estudantes “normais”

## 2.2 A ESCOLA COMO MODELO DE REPRODUÇÃO E NÃO DE TRANSFORMAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE BOURDIEU

Se pensarmos a escola na ótica de Bourdieu a veremos como um instrumento a mais de dominação existente dentro da sociedade contemporânea, um lugar onde as práticas de desigualdade são legitimadas e a violência simbólica se faz muito presente.

Na perspectiva de Bourdieu, a escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só poderiam ser compreendidos, na perspectiva de quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. A escola não seria uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avaliaria os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, seria uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes. (NOGUEIRA;NOGUEIRA, 2002, p. 28)

Nessa perspectiva, percebemos que Bourdieu compreende o desenvolvimento da escola por meio da relação entre as classes, no qual uma classe dominante seria a que acaba influenciando os critérios de avaliação, conteúdos e a linguagem escolar. Que estariam a serviço da reprodução, dos valores definidos pelas classes dominantes.

Nessa visão, o estudante com o Transtorno do Espectro Autista estaria totalmente deslocado dessa realidade, pois, em função do transtorno ,ele acaba não servindo a um propósito final que foi estabelecido por essa classe dominante. Pois não irá produzir ou servir de mão de obra para manter essa estrutura.

Para Nogueira; Nogueira (2002), o ponto de partida do pensamento de Bourdieu seria a concepção arbitrária da cultura. Desse raciocínio o autor define que nenhuma cultura pode ser superior a outra, cada grupo tem seus valores, comportamentos etc. Ele acaba trazendo essa ideia para a escola, onde, a cultura transmitida pela escola não seria superior a nenhuma outra. Mas, o valor seria arbitrário, pois, não estaria fundamentado em nenhuma verdade considerada objetiva inquestionável, mas em relações de poder. , Porém, essa cultura escolar seria socialmente reconhecida como sendo uma cultura legítima, única, universalmente válida.

... conversão de um arbitrário cultural em cultura legítima só pode ser compreendida quando se considera a relação entre os vários

arbitrários em disputa em uma determinada sociedade e as relações de força entre os grupos ou classes sociais presentes nessa mesma sociedade. No caso das sociedades de classes, a capacidade de legitimação de um arbitrário cultural corresponderia à força da classe social que o sustenta. De um modo geral, os valores arbitrários capazes de se impor como cultura legítima seriam aqueles sustentados pela classe dominante. Para Bourdieu, portanto, a cultura escolar, socialmente legitimada, seria, basicamente, a cultura imposta como legítima pelas classes dominantes. (NOGUEIRA;NOGUEIRA, 2002, p. 28)

Para Nogueira; Nogueira (2002), Bourdieu descreve que essa legitimidade somente podem ser garantidas conforme o seu formato arbitrário e socialmente imposto da cultura escolar consegue ser dissimulado. Pois, para ser considerado legítimo precisa se colocar como uma cultura neutra, como não sendo vinculada a uma classe social. Como isso ela é vista como não arbitrária e como sendo neutra socialmente. Com isso a escola passa a exercer suas funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais.

para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (NOGUEIRA;NOGUEIRA, 2002 apud Bourdieu 1998, p. 53),

Desta maneira Bourdieu compreende a relação de ensino como sendo formalmente igualitária, porém, que reproduz e legitima a desigualdade existente anteriormente. Pois, para os alunos da classe dominante seria uma cultura escolar seria sua própria cultura, enquanto para os demais ele chama como sendo uma cultura estrangeira. No processo de ensino e aprendizagem os professores acabam repassando o conhecimento como se fosse de igual compreensão, mas, que é necessário ter um conjunto de habilidades que somente os alunos da classe dominante tem acesso.

Com isso a escola acaba cumprindo o papel de legitimar a desigualdade social:

A reprodução seria garantida pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar e que, em função disso, tenderiam a alcançar o sucesso escolar, seriam aqueles pertencentes às classes dominantes. A legitimação das desigualdades sociais ocorreria, por sua vez, indiretamente, pela negação do privilégio cultural dissimuladamente oferecido aos filhos das classes dominantes. (NOGUEIRA;NOGUEIRA, 2002, p.30)

Essa arbitrariedade se apresenta de uma forma dupla. Os filhos da classe dominante já tem incorporado aquela cultura que esta sendo estudada e repassada pela escola, tudo parece natural para eles. Enquanto que os da outra classe acabam sendo inferiorizados, sendo seu fracasso escolar considerado responsável responsabilidade individual, sendo lhes apresentados como sendo efeito de pouca inteligência ou falta de força de vontade. (NOGUEIRA;NOGUEIRA, 2002)

A cultura dominada acaba aceitando e legitimando essa cultura escolar como a cultura. O que Bourdieu descreve como sendo uma violência simbólica, a inculcação por parte da escola de uma nova cultura. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002)

A escola acaba sendo responsável não apenas por cobrar o conjunto de domínio de referencias cultural e linguístico, mas também um modo de relação entre a cultura e o saber:

O sistema escolar tenderia a reproduzir a distinção entre dois modos básicos de se relacionar com a cultura: um primeiro, desvalorizado, se caracterizaria pela figura do aluno esforçado, estudioso, que busca compensar sua distância em relação à cultura legítima por meio de uma dedicação tenaz às atividades escolares; e um segundo, valorizado, representado pelo aluno tido como brilhante, talentoso, inteligente, muitas vezes precoce, que atende às exigências da escola sem demonstrar traços de um esforço laborioso ou tenso. O sistema de ensino, sobretudo nos seus ramos mais elevados, valorizaria e cobraria dos alunos essa segunda postura. Bourdieu observa que nas avaliações formais ou informais (particularmente nas provas orais) exige-se dos alunos muito mais do que o domínio do conteúdo transmitido. Exige-se uma destreza verbal e um brilho no trato com o saber e a cultura que somente aqueles que têm familiaridade com a cultura dominante podem oferecer. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002 p.31)

A escola encara isso como sendo algo inato, uma vocação natural para desenvolver as atividades intelectuais e não como algo socialmente herdado. A escola enquanto instituição incorporaria a função de reprodução e legitimação de certas práticas, valorizando a cultura que já vem de família dos filhos da classe dominante. O modo dominante de lidar com a cultura é valorizado pela escola, que usa critérios de avaliação e coloca os alunos hierarquicamente, os alunos estariam sendo julgados unicamente pelas habilidades naturais que cada um possuía.

Para Nogueira; Nogueira, (2002) Bourdieu evidencia a correlação, entre desigualdades sociais e escolares, que faz com que as posições de maior prestígio continuem a ser ocupadas pelos grupos socialmente dominantes. Por mais que se propicia um acesso ao ensino através da escola pública e gratuita, mesmo assim, continuará existindo uma desigualdade social. Pois, a escola exige determinadas qualidades que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais. O capital cultural as diferencia, pois aqueles que foram socializados na cultura legítima desde a infância vão ter uma compreensão maior. A cultura escolar acaba sendo algo que já está intrínseca no aluno da classe dominante.

A grande contribuição que Bourdieu realizou para a sociologia da escola é a compreensão de que a escola não é neutra. Onde se distingue, que formalmente, a escola acabava tratando todos de forma igual, "... todos assistiriam às mesmas aulas, seriam submetidos às mesmas formas de avaliação, obedeceriam às mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas chances." (NOGUEIRA;NOGUEIRA, 2002, p.32). Bourdieu demonstra que isso não é verdadeiro, as chances são desiguais, alguns se encontram em condições mais favoráveis do que outros para atender todas as exigências da escola.

### 2.3 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR COMO MODELO DE VIGILÂNCIA E SOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO

Ao descrever sobre uma teoria sociológica que analisa a escola e realiza comparações com processos de inclusão e exclusão, acabamos inevitavelmente partindo de uma concepção de que precisamos iniciar citando o Estado, como sendo o aparelho, ou mecanismo regulador de tudo. Na visão de Foucault a concepção de poder não está necessariamente atrelada a um centro, ao Estado.

É importante ressaltar que para Foucault não existe uma teoria do "poder", o que existe são relações de poder, que se apresentam como uma prática social que é constituída historicamente. Para ele não existe uma identidade entre Poder e Estado, num sentido em que o poder não se restringe unicamente ao Estado. Mas, sim funciona na forma de dispositivos que acabam



atravessando toda a sociedade de onde ninguém nem nada escapam. (Danner, 2010)

Foucault descreve outros mecanismos que acabam servindo de controle social:

A disciplina organiza o espaço através de uma repartição dos indivíduos; controla a atividade através do controle do tempo; especifica o indivíduo generalizando-o através de uma vigilância hierárquica; organiza as diferenças através de uma sanção normalizadora e reproduz e produz saber através do exame (PORTOCARRERO, 2004. P.172)

Foucault (2003) descreve que o controle de poder pelo capitalismo ocorre através da disciplina em diversas instituições, sendo a escola uma dessas. Pois, no espaço da escola existem normas, ocorre um vigilância hierárquica, as atividades são controladas através do tempo e as diferenças são organizadas através de uma sanção normalizadora que acaba sendo responsável por reproduzir e produzir o que precisa se enquadrar naquele padrão normalizador.

Nesse contexto, quando na escola existem alunos que não conseguem se enquadrar no modelo “normal” acaba sendo visto, muitas vezes, como um problema. O sujeito por questões cognitivas de compreensão, no caso o aluno autista, tem um padrão de funcionamento único e individual. Por isso, a compreensão de tempo é outra ou não existe, não é possível o controle pelo tempo, as regras hierárquicas acabam não surtindo efeito sobre este estudante.

O poder disciplinador e a aplicação de sanções não surtirão efeito no estudante com Transtorno do Espectro Autista, visto que ele está na contra mão da reprodução capitalista da disciplina que tem como objetivo a utilidade e eficácia dos corpos.

A escola tem o papel de disciplinar, organizar, padronizar e normalizar os comportamentos e gestos dos estudantes. “Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização do mínimo gesto. Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador” (FOUCAULT, 2003, p. 130). Ela adentra, exercita o corpo por meio de atividades repetitivas: filas, cópias, tempo serializado.

O aluno autista não é pressionado por essa lógica. Apesar de suas estereotípias, a realização de movimentos, gestos, resmungos repetidas vezes durante todo o dia, não são esses gestos, impostos pela disciplina muito pelo contrário e escola pretende submeter ele. A hierarquia e a sanção normalizadora não surte efeito nesse contexto comparando com os ditos alunos “normais”.

Foucault (2003) escreve que a sanção normalizadora é responsável pelo poder da disciplina, mesmo age através dessa, ao qual, cada instituição tem seu próprio mecanismo de julgamento. Ele descreve que a escola funciona como um pequeno tribunal com suas próprias leis e infrações para organizar as diferenças existentes entre os indivíduos. Os quais são castigados através de pequenas penalidades ou acabam sendo premiados quando considerados merecedores. Nesse sentido, ela é normalizadora porque acaba impondo sua regra a todos os que se afastam dela que ele cita como micro penalidade do tempo, que são os atrasos, ausências, as interrupções das tarefas e das atividades, atitudes incorretas, o que não se aplica a norma.

O estudante com Transtorno do Espectro Autista em função de todo um quadro clínico na qual existe um funcionamento padrão e repetitivo para que possa “funcionar” e sair de seu local habitual, que vamos citar como sendo sua casa, acaba quebrando uma sequência, uma rotina que necessita para se organizar para literalmente funcionar., As estereotípias são formas de se organizar em espaços que não são habituais, onde existem pessoas, os outros alunos, que fazem barulho, bagunça, até esse contexto fazer parte de sua rotina requer um tempo. Então, o estudante com autismo acaba sendo nessa inclusão um mecanismo de resistência contra a sanção normalizadora. Por que no seu caso, não tem como se aplicar as mesmas normas e exigir as mesmas respostas dos ditos alunos normais. As regras podem até ser aplicadas, mas seu funcionamento acaba não correspondendo ao que se espera.

Desse ponto de vista, não tem como aceitar que a educação esta sendo de inclusão. Pois, o mesmo aluno autista precisa estar nesse espaço escolar senão sofre as sanções da lei que o obrigam a frequentar a escola, sob o argumento, que esta fazendo parte de uma educação inclusiva. Mas, se ele acaba não tendo uma oportunidade de desenvolvimento por não se submeter

ao modus operandi da escola . A sanção normalizadora acaba sendo principal mecanismo de exclusão do aluno autista.

Na sanção normalizadora o exame tem um papel importante, ele é utilizado com técnicas da vigilância hierarquizada. “o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola torna-se o local de elaboração da pedagogia” (FOUCAULT, 2003, p. 155). O exame se coloca como um controle normalizador atuando como uma vigilância que qualifica, classifica e puni. No poder disciplinar o exame acaba sendo altamente ritualizado.

A disciplina tem papel fundamental para surgir o poder da norma:

O normal se estabelece, em vários campos, como princípio de coerção: no ensino, com a instauração de uma educação padronizada e a criação de escolas normais [...] Do mesmo modo que a vigilância disciplinar, a normalização torna-se um dos grandes instrumentos de poder, a partir do final da época clássica. Ela substitui ou acrescenta graus de normalidade, que são signos de pertença a um corpo social homogêneo, mas que se divide por meio de uma distribuição em classes. A normalização, [...] constrange para homogeneizar as multiplicidades, ao mesmo tempo que individualiza, porque permite as distâncias entre os indivíduos, determina níveis, fixa especialidades e torna úteis as diferenças. . (PORTOCARRERO, 2004, p.175)

O exame é responsável pelo controle que a escola pode exercer sobre o aluno. Pois, o exame é responsável para averiguar o processo de ensino e aprendizagem. Conseqüentemente, tem uma conotação política, sendo responsável por vigiar, premiar e punir. Acaba sendo um instrumento declarado de poder.

. A escola, dessa forma, pode ser pensada como uma máquina de controle e organização dos corpos, implicada tanto na fabricação do sujeito disciplinar quanto da própria modernidade. ( FERRARI; DINALI, 2012, p. 395)

A escola cumpre um papel de disciplinar, tanto quanto o exercito, inserindo conceitos de disciplina, recompensa, castigos, punições, hierarquias Os corpos são trabalhados com o objetivo de se tornarem úteis e inserir-se no mundo de industrial capitalista para produzir .

Percebeu-se na pesquisa o não disciplinamento dos sujeitos, pois em todas as escolas é concedido aos autistas prerrogativa de chegarem atrasados, não fazerem atividades alegando ser melhor para eles não enfrentarem o tumulto da entrada dos outros estudantes na escola e no caso

do estudante Pedro , sai da escola sempre antes da última aula, atitude esta que os demais estudantes não podem ter pois seriam penalizados. Existe uma permissividade para com os sujeitos desta pesquisa, pareceu-me que muitas vezes os colegas sentem necessidade de protegê-los e os professores sem saber exatamente como lidar com as particularidades, acabam por deixar que o estudante com autismo não desenvolva as atividades pensada para os demais e não adaptam o conteúdo que seria um direito do estudante com autismo. É importante constar que estes estudantes possuem particularidades que precisam ser levadas em consideração , porém ,numa inclusão de fato os estudantes autistas deveriam ter as mesmas obrigações em termos de cumprimento de horário como os demais estudantes.

Pensando-se neste aspecto nos alunos autistas, sua inclusão acaba se dando apenas pelo fato de estar naquele espaço da escola. A disciplina, o exame, a hierarquia, tem que ser pensada de uma forma que possa atingir esse aluno para que ele possa ter um acompanhamento especializado como prevê a lei da inclusão. Mas, o que realmente importa é que, a escola acaba fracassando ao tentar disciplinar através dos exames, querer avaliar seu desempenho, pois, sua compreensão é totalmente outra da realidade. O que acaba fazendo que não seja um produto forjado na escola para servir ao sistema capitalista.

#### 2.4 BREVE HISTÓRICO SOBRE INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO ESCOLA NO BRASIL

Ao falarmos sobre a inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar, somos levados a pensar sobre o significado da palavra deficiente. Ao analisarmos a palavra no sentido literal perceberemos que todo ser humano é deficiente em algum aspecto, ou seja, em alguma área possuímos algum déficit. Não conseguimos ter eficiência em tudo que nos propusermos, por natureza somos limitados, mas quando a deficiência torna-se visível ao outro, as barreiras sociais se manifestam e a discriminação se anuncia.

A palavra deficiente em nossa sociedade é sempre sinônimo de algo incômodo ou feio. As discussões em torno da inclusão de pessoas com deficiência é permeado por contradições e desigualdades históricas.

O decreto 3298 faz parte da política nacional para a integração de pessoas com deficiência e regulamenta a Lei 7853 de 24 de outubro de 1989 em seu artigo primeiro estabelece como sendo:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

“ Não é bonito ter um filho deficiente, as pessoas não fazem ideia da dor que sinto ao saber que meu filho não constituirá uma família ou terá um emprego como os outros irmãos dele” Fala da mãe de um menino com síndrome de Down que frequenta o CAPP ao saber do tema de minha pesquisa.

Para falarmos em educação inclusiva é pertinente sabermos como o processo educacional relacionado às pessoas com deficiência se iniciou em nossos Pais:

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (Dutra, 2007, p.7)

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

Percebe-se que o movimento referente à inclusão escolar não é tão recente quanto aparenta ser. Se levarmos em conta que a LDB de 1961 já previa a educação “preferencialmente” dentro do ensino regular das pessoas até então denominadas de excepcionais. A própria nomenclatura sofreu variadas transformações ao longo do tempo. Para Vieira

Se a designação “excepcionais” está associada à estruturação do atendimento pleno de pessoas com deficiência no sistema paralelo de ensino, primeiro designado como “ensino emendativo” e depois como “educação especial”, a designação “pessoas portadoras de deficiência” está associada à reestruturação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, desde a criação da CORDE [Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência]. Nessa reestruturação, na qual nos encontramos ainda, demandamos do Estado assumir a educação de pessoas com deficiência dentro de sua estrutura administrativa e financeira.. (2013, p.6)

Mesmo o debate não sendo tão recente, ainda é alvo de interpretações confusas e as escolas proclamadas inclusivas carecem de condições mínimas de acessibilidade tais como rampas, banheiros adaptados, materiais em braile, professores bilíngues e intérpretes em libras, se focarmos no atendimento educacional especializado tão proclamado em lei, fica mais preocupante ainda, pois das escolas pesquisadas apenas um segundo professor possui a referida especialização.

Na cartilha Educação Inclusiva do MEC está assinalado que:

Cada escola tem a responsabilidade de elaborar projetos que visem alcançar e atender necessidades das famílias de seus alunos, possibilitando essa aproximação e favorecendo seu envolvimento. Esses projetos devem ter como objetivos atender necessidades mais frequentes nas famílias de seus alunos, como por exemplo: capacitação para geração de renda, capacitação para autogestão, capacitação para conhecimento da legislação, dentre outros.(2004, p.18)

Se for de responsabilidade da escola a elaboração de projetos como se estabelece na cartilha, as escolas de ensino regular pesquisadas em Chapecó estão em descumprimento, pois em nenhuma delas encontrou-se projeto relacionado à inclusão das pessoas com deficiência.

Segundo a coordenadora pedagógica do CAPP, “*é desanimador*”, pois não se entende qual a compreensão que o Estado tem sobre Atendimento Educacional Especializado, nas palavras dela “*na Lei é tudo muito lindo, mas a realidade dentro das escolas é totalmente diferente*”.

O estudante com autismo é obrigado a frequentar o ensino regular, se não o fizer a família é responsabilizada, mas em muitos casos nem segundo professor se consegue. Pois é feita avaliação e gere-se o entendimento de que o estudante não precisa de um segundo professor. Em conversa informal a coordenadora do CAPP falou que agora mudou novamente a Lei e os pais são

obrigados a manterem os filhos na escola regular não mais até os dezessete anos como acontecia até este ano, mas até os dezoito anos.

Na cidade de Chapecó o que ocorre segundo a coordenadora, é que salvo algumas exceções, quando há um entendimento que determinado estudante não tem condições de estar em uma escola regular é aceito de ele frequentar apenas a educação especial. Na cidade de Chapecó a educação especial é realizada no Centro de Atividades Psicofísicas Patrick (CAPP) e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), segundo ela, este é um processo que demanda a compreensão de uma autoridade maior sobre o assunto e poucos estudantes conseguem a liberdade de frequentarem apenas uma escola de educação especial.

Os sujeitos desta pesquisa atualmente frequentam o Serviço de Atendimento Educacional Especializado (SAEDE) que funciona dentro do Centro de Atividades Psicofísicas Patrick (CAPP). Eles têm atendimento no SAEDE no contra turno escolar duas vezes por semana, sendo que cada atendimento tem duração de uma hora e trinta minutos.

Todas as escolas da cidade de Chapecó possuem SAEDE e segundo a coordenadora do CAPP, o SAEDE que atualmente existe no CAPP não mais existirá a partir do ano de 2016, pois se entende que os estudantes precisam frequentar o SAEDE nas escolas em que estão inseridos, é na escola que os professores sabem quais são as dificuldades maiores de cada estudante e precisam focar neste aspecto para que estes sujeitos tenham possibilidades maiores de desenvolverem seu sistema cognitivo.

Outro problema levantado pela coordenadora, é o de que mesmo os estudantes que conseguem ter como segundo professor um profissional especializado, isso não é garantia de um trabalho bem feito, nas palavras dela "*há profissionais e profissionais*". Se não houver realmente um comprometimento e interesse nem toda a especialização do mundo dará conta de uma educação inclusiva e qualificada, comentou a coordenadora pedagógica.

No dia 08 de novembro de 2000 foi promulgada a Lei 10.048 que garante atendimento prioritário de pessoas com deficiência nos locais públicos, e no dia 19 de dezembro do mesmo ano foi promulgada a lei 10.098 que estabelece normas sobre acessibilidade física e define como barreira

obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, sejam ou não de massa.

Em 2001 foi aprovado o decreto nº 3956, da convenção da Guatemala que elimina todas as formas de discriminação, que defende a impossibilidade de tratar pessoas de forma desigual tendo como base alguma deficiência. Com isso, privar pessoas com deficiência em idade escolar de ter acesso à escola, querendo mantê-las unicamente em classes especiais, fere os direitos humanos, a convenção da Guatemala e a Constituição da República Federativa do Brasil.

A lei relacionada à inclusão assegura ao sujeito autista seu acesso e permanência no ambiente escolar, neste aspecto o presente trabalho procurou saber se a mesma esta sendo cumprida de maneira efetiva na rede pública da cidade de Chapecó, visto que:

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo de toda ação educacional. (ARANHA 2004, p.8)

Se conforme Aranha, na escola inclusiva o aluno deve ser o foco da ação educacional, subentende-se que o estudante com autismo inserido no ensino regular da cidade de Chapecó deveria não ser um coadjuvante no processo ensino aprendizagem, mas dentre outras práticas a escola deveria desenvolver projetos que buscasse promover a educação deste sujeito e conseqüentemente sua inclusão de fato e não apenas sua inserção. Observou-se que este foco não acontece nas escolas pesquisadas, pois nenhuma demonstrou a existência de um projeto tendo como foco a inclusão destes sujeitos.

Há de se ter clareza que a Inclusão deve promover mudanças de parâmetros Pré-estabelecidos e a escola deve estar apta não simplesmente para receber este cidadão com espectro autista que nela chega, mas recebe-lo com qualidade, ou seja, incluí-lo de maneira real, oportunizando a ele todas as possibilidades de aprendizado que o estudante sem deficiência possuiu ao mesmo tempo em que a ação do professor deverá levar em consideração as peculiaridades pertinentes ao transtorno do espectro autista,



## A Constituição Federal de 1988<sup>6</sup> estabelece:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Se a educação realmente fosse um direito de todos como consta na Constituição Brasileira, não haveria necessidade de tantas leis de amparo as pessoas com deficiência, pois o “todo” necessariamente englobaria tanto os “normais” como os sujeitos com deficiência .

Outro ponto que pode ser questionado é quanto à igualdade de condições, pois os sujeitos chegam à escola, e mesmo ela sendo pública, em condições totalmente desiguais.

O Estatuto estabelece a necessidade de condições de acessibilidade às pessoas com deficiência e neste aspecto as escolas particulares têm argumentado sobre a inviabilidade de garantirem matrícula para sujeitos com deficiência sob a alegação dos custos elevados que as escolas terão.

Quanto ao direito de educação das pessoas com deficiência o estatuto estabelece que:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em

<sup>6</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)

condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

O estatuto da pessoa com deficiência deixa claro o fato de ser direito o Atendimento Educacional Especializado. O que se observou durante a pesquisa foi o fato de somente o estudante Paulo ter segundo professor com Pós Graduação em AEE. A segunda professora da estudante Ana possui curso de pedagogia cursado à distância, a professora Brenda que é segunda professora de Pedro tem especialização, mas em educação infantil, e o estudante Carlos não tem segundo professor.

A dúvida que perpassa é a de qual a compreensão do Estado sobre Atendimento Educacional Especializado? Do mesmo modo o estatuto fala de medidas de apoio para favorecer o desenvolvimento nos diversos aspectos, e em nenhuma das escolas pesquisadas estas medidas foram encontradas, pois não possuem projeto algum tendo como foco a inclusão dos deficientes. Também ficou visível a não aplicabilidade no que tange estar no estatuto o acesso e qualidade de condições em atividades recreativas e jogos, pois os estudantes nas aulas de educação física apenas ocuparam um espaço físico dentro da escola.

Nesse intuito, as leis garantem que a pessoa com deficiência pôde ter acesso a frequentar a escola regular, ficando proibido à escola negar matrícula para essas pessoas, mas muitas vezes não é isto que ocorre, a mãe da

estudante Ana me relatou a tentativa frustrada ao tentar matricular Ana em uma escola particular da cidade de Chapecó pensando que ali ela teria uma qualidade educacional melhor “*percebi pavor nos olhos da diretora ao me dizer não temos condições de ficar com ela na escola*” (neste momento a mãe de Ana dá um suspiro com os olhos marejados).

Segundo a mãe de Ana:

*O autismo traz um problema maior em relação a outras deficiências, pois o mesmo não apresenta características físicas, as pessoas não compreendem quando estou em um mercado ou restaurante por exemplo com a Ana e ela entra em padrão de comportamento - suspira e olha angustiada ao falar-, as pessoas acham que não dou limites a ela ou que Ana esta fazendo birra*

Para Goffman a situação descrita pela mãe de Ana pode ser explicada da seguinte maneira:

A descoberta prejudica não só a situação social corrente, mas ainda as relações sociais estabelecidas; não apenas a imagem corrente que as outras pessoas têm dele, mas também a que terão no futuro; não só as aparências, mas ainda a reputação. ( GOFFMAN, 2013, p. 76)

### 3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – TEA

O TEA é descrito pelo Manual Diagnóstico E Estatístico DE Transtornos Mentais (DSM V) da seguinte maneira:

O transtorno do espectro autista é a consideração diagnóstica primária para indivíduos que apresentam déficits na comunicação social. Os dois transtornos podem ser diferenciados pela presença no transtorno do espectro autista, de padrões restritos/ repetitivos de comportamento, interesses ou atividades e pela ausência deles no transtorno da comunicação social (pragmática). Indivíduos com transtorno do espectro autista podem apresentar os padrões restrito-repetitivos de comportamento, interesses e atividades apenas durante o período inicial do desenvolvimento, tornando necessária a obtenção de uma história completa. Ausência atual de sintomas não excluiria um diagnóstico de transtorno do espectro autista se os interesses restritos e os comportamentos repetitivos estivessem presentes no passado. Um diagnóstico de transtorno da comunicação social (pragmática) deve ser considerado tão somente quando a história do desenvolvimento não revelar nenhuma evidência de padrões restritos/ repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (DSM- V, 2014. p.49)

*“Professora, qual é mesmo a doença que a Ana tem?”*. Pergunta realizada por uma colega da estudante Ana dirigida a mim, ao saber que eu estava realizando pesquisa na escola referente ao autismo. Expliquei para a colega de Ana que ela não é doente, mas sim possui um desvio de comportamento padrão.

Mesmo com todo o movimento referente à inclusão do sujeito autista no universo escolar é ainda comum associar o autismo a doenças. Talvez isso aconteça devido ao fato de o sujeito autista trazer consigo formas estereotipadas de se expressar que foge ao padrão de normalidade cultuada dentro de nossa sociedade. Tais como o bater de palmas, morder os punhos, gritos, balançar o corpo, risos e choros sem um motivo aparente, entre outros.

O médico austríaco Leo Kanner é conhecido como pai do autismo, em vários artigos estudados durante essa pesquisa, ele é muito citado . Sabe-se que antes dele muitos absurdos foram cometidos com pessoas autistas, sendo confinadas em hospitais psiquiátricos durante toda sua vida; em 1943 Kanner descreve um grupo de crianças com algumas características comuns tais como: ecolalia, dificuldade de interação, hipersensibilidade a sons e ao toque.

É necessária a compreensão de que o autismo existe com graus

diferentes, e os sujeitos desta pesquisa, além das peculiaridades referentes ao Transtorno, também possuem peculiaridades enquanto sujeitos adolescentes.

*“(...) a gente enfrenta bastante dificuldade por causa do autismo, às vezes ele tem uns sintomas, tem dias bem nervoso, a gente tem dificuldade de sair com ele porque ele é nervoso, às vezes não, às vezes sim, às vezes, não é sempre né? (pausa). Tem gente que não entende só que às vezes por esse transtorno do autismo, ele repete bastante coisa, daí tem gente que não entende o transtorno mental dele. Daí ele fica mais alterado, por exemplo, agora a pouco ele tava soltando bastante palavrinha fora”.*

Fala do pai do estudante Pedro ao ser indagado sobre as dificuldades enfrentadas por ter um filho autista

Até há pouco tempo as famílias que tinham algum de seus membros com autismo eram aconselhadas a os colocarem em instituições que os mantinham trancados até o final de suas vidas.

Neste aspecto Foucault (2014, p.79) analisa que:

É evidente que o internamento, em suas formas primitivas, funcionou como um mecanismo social, e que esse mecanismo atuou sobre uma área bem ampla, dado que se estendeu dos regulamentos mercantis elementares ao grande sonho burguês de uma cidade onde imperaria a síntese autoritária da natureza e da virtude. Daí a supor que o sentido do internamento se esgota numa obscura finalidade social que permite ao grupo eliminar os elementos que lhe são heterogêneos ou nocivos, há apenas um passo. O internamento seria assim a eliminação espontânea dos "a-sociais"; a era clássica teria neutralizado, com segura eficácia — tanto mais segura quanto cega — aqueles que, não sem hesitação, nem perigo, distribuímos entre as prisões, casas de correção, hospitais psiquiátricos ou gabinetes de psicanalistas.

Na atualidade, a luta é que todas as pessoas, independente da deficiência que possuam, possam ter o direito assegurado de frequentar todos os espaços possíveis de convívio social, tendo sua acessibilidade garantida através das leis, caso isto não seja possível pelas vias normais.

Visto ser a inclusão um tema ainda bastante complexo, é de extrema importância que o Estado ampare através de leis este cidadão, promovendo políticas que contemple cada um em suas especificidades.

No Brasil a lei 12.764, de doze de dezembro de 2012, assegura ao sujeito com espectro autista a garantia de ser incluído no ambiente escolar, tendo inclusive atendimento especializado. Porém dentre os profissionais das quatro escolas pesquisadas na cidade de Chapecó, apenas a segunda professora, Cláudia, possui Pós-graduação em Atendimento Educacional

Especializado (AEE)

A Lei 12.764, conhecida como Lei Brasileira de Proteção aos Autistas, emerge da luta, especialmente dos pais, visando garantir os direitos de seus filhos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A Lei Berenice Piana leva este nome em homenagem a uma mãe de autista que lutou durante muito tempo para que os autistas tivessem seus direitos garantidos. Foi aprovada e sancionada pela presidenta Dilma, tendo sua publicação na data de 28 de dezembro de 2012.

Segundo a Associação de mães de autistas (AMA), A Lei Berenice Piana foi de vital importância para que pessoas com autismo possam ter seus direitos respeitados. Importante ressaltar que desde a criação da Lei houve um expressivo aumento em nosso país de congressos e seminários sobre o TEA.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. § 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II: I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Antes da criação da Lei 12.764 havia muita especulação em torno do autismo ser ou não deficiência (isto na visão dos leigos), pois, ao contrário de muitas outras deficiências, o TEA não carrega características sindrômicas, ou seja, não há características físicas que os diferenciem dos demais. Desta maneira o preconceito que autistas sofrem é peculiar, pois muitas vezes quando entram em padrão de comportamento são tachados como pessoas sem limites e com má educação.

No que tange a inclusão do autista o Lei 12.764 prevê o seguinte: “Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”.

Durante a pesquisa de campo observou-se que apenas o estudante

Paulo possui segunda professora com Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado. Ficou perceptível a diferença do trabalho realizado em sala de aula pela professora que possui especialização, em comparação com as demais, que não possuem. Mesmo no SAEDE do CAPP, a professora que desenvolvia as atividades com os sujeitos desta pesquisa encontra-se ainda em processo de formação.

Uma inclusão eficiente abarcaria as peculiaridades bem como as necessidades específicas de cada sujeito autista, promovendo a busca constante pela inclusão de fato e não apenas no âmbito jurídico.

“na verdade, as atividades, eu sou bem sincera em te falar, que eu quase não fiz, não planejei uma atividade para trabalhar, exatamente, com ela, até pela falta de tempo mesmo, eu não fiz isso, talvez seja até um erro ou alguma coisa assim”. (pareceu-me envergonhada ).

Fala da professora Paula, ao ser indagada sobre como são planejadas as atividades de sua aula pensando a estudante autista Ana, que frequenta sua classe

Nesta perspectiva, torna-se notório o fato de que a Inclusão na cidade de Chapecó é efetuada de maneira ineficaz, pois, a preocupação termina na medida em que o autista está matriculado no ensino regular, como se pelo simples fato de estar inserido em determinada turma promovesse sua cidadania plena.

Ficou perceptível nas observações efetuadas o desrespeito ao cumprimento da lei no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado. O mesmo Estado que absorve a demanda dos pais e cria a lei não fornece a condição para que o direito à experiência escolar seja concretizado.

Sabe-se que em muitos casos o Transtorno do Espectro Autista está associado a outras síndromes, sendo que o transtorno afeta uma a cada mil crianças, sendo mais comum a sua existência em meninos. No caso desta pesquisa, o estudante Carlos tem autismo ligado a síndrome de Asperger, o que o difere dos outros estudantes autistas observados. Visto que ele é alfabetizado e possui o processo de fala acentuado, em comparação com aos demais. Durante o tempo em que estive na escola deste estudante, percebi sua interação com os seus colegas e professores de forma bem diferenciada dos

outros autistas. Algumas vezes fiz perguntas a ele, ao que sempre me respondeu, ainda que muitas vezes com um simples “*não sei*”.

O autismo ligado à síndrome de Asperger é também conhecido como o autismo inteligente, pois muitos casos relatados estão ligados a pessoas com habilidades distintas. Tais como relata Oliver Sacks no livro *Um Antropólogo em Marte*, sobre Temple Gardin, que, entre outros feitos, escreveu sua própria biografia

Nas últimas décadas houve um crescimento no número de pessoas autistas em todo mundo. Segundo profissionais da área médica, este aumento se deve ao avanço da medicina em promover diagnósticos corretos e não que necessariamente tenha aumentado o número de pessoas com autismo.

Os autistas levam a fama de serem sujeitos alheios a sua realidade, mas constata-se uma percepção espantosa quando confrontados com os “normais”. Em uma visita ao CAPP com um grupo de estudantes de um determinado projeto da universidade, observei uma menina com autismo passar a tarde toda correndo atrás de uma colega discente ao perceber o medo estampado nos olhos de minha colega.

Os símbolos de estigma caracterizam-se por estarem continuamente expostos à percepção. Alguns meios menos rígidos de revelação também são usados. Provas transitórias podem ser dadas – digamos deslizes intencionais – quando uma pessoa cega comete voluntariamente um ato desajeitado na presença de recém-chegado com objetivo de informá-lo sobre seu estigma. (GOFFMAN, 2013, p.112)

Outra prova de que não estão absortos em seu mundo o tempo todo como costumamos pensar se deu durante minhas observações na escola do estudante Carlos, na hora do intervalo ele percebeu que eu o estava observando e falou: “*porque você fica me olhando*” Respondi que estava olhando para ele porque o achava um garoto lindo e inteligente, ao que Carlos respondeu com um “*há*” e retornou para o meio do grupo de estudante.

### 3.1 O AUTISTA EM SALA DE AULA

*“Não, na verdade eu não me sinto muito preparada, como eu te disse eu fui estudar buscar qual que era as reações, as limitações dela, só que eu ainda não me sinto preparada para trabalhar com ela, não sei muitas vezes (suspira e dá uma pausa), eu não sei como agir, porque*



*já teve algumas situações que ela estava bem agitada por causa da troca de medicamento, daí ela não queria ficar dentro da sala, ela gritava. Assim já tivemos algumas situações dessa forma, e eu, sinceramente, não sei como agir com ela.”* (Fala de Paula, professora de geografia da estudante Ana, ao ser indagada se se sentia preparada para trabalhar com Ana).

*“Eu não vou fazer nada, nada, nada, nada, nada (gritos)”* Estudante Pedro entrando em padrão de comportamento logo ao iniciar uma aula.

Transtorno do Espectro Autista é um tema que tem angustiado tanto pais como profissionais da área médica, que procuram conhecer as peculiaridades relacionadas ao transtorno presente em sujeitos diagnosticados, bem como suas possíveis causas. Devido à lei que prevê a inclusão de autistas no universo escolar, outro grupo que tem se preocupado são os docentes, nos quais me incluo.

*“Na verdade a gente não tá preparado, durante a graduação não tive nenhuma disciplina que falasse mesmo que de forma breve sobre deficiência e aí você encontra as deficiências em sala de aula e toma um susto sem saber como lidar”* (fala de Carla, professora de sala dos estudantes Pedro e Carlos)

No livro *Afirmando as Diferenças*, em específico o capítulo II, cujo título é *Um Corpo Estranho Na Sala de Aula*, Richard Miskolci (2005, p.13) sintetiza o significado dessa presença ao afirmar que:

Quando menos se espera, aparece alguém com atitudes que destoam da maioria. Um aluno ou uma aluna age e se expressa de forma que provoca mal estar no grupo, antes aparentemente homogêneo.

Comparo esta afirmação com a possibilidade de ter um estudante com Transtorno do Espectro Autista dentro da sala de aula, pois ele com suas estereotípias peculiares, certamente, destoara dos demais. E espera-se que o docente esteja apto para incluir este "corpo estranho" em sua sala de aula.

A argumentação de Miskolci ficou evidenciada em uma das observações realizadas na turma do estudante Pedro, quando ele começou a soltar gases e rir. Enquanto a maior parte da turma achou engraçado, a segunda professora teve um ataque de fúria e gritou de maneira veemente, Pedro pareceu alheio a tudo e apenas sorria e balançava o corpo. Percebeu-se um estudante na perspectiva de Durkheim não socializado ou como abordado por Foucault, um corpo não adestrado ou um corpo que não se tornou dócil.

O neurologista e escritor americano Oliver Sacks (1995), na obra *Um antropólogo em Marte*, ao relatar casos estudados de transtornos psiquiátricos entre estes alguns autistas, nos faz perceber as peculiaridades existentes em cada um e o quanto é desafiador decifrar as capacidades pertinentes ao cérebro humano. Dentre as quais as de autistas com uma memória incrível para certas atividades, ao mesmo tempo em que revelam um grau severo de dificuldades para tarefas simples da vida diária. Joseph Chavanet tem doutorado em filosofia e fala sete idiomas, mas foi considerado retardado e até os seis anos não disse uma palavra. No documentário Hugo faz a seguinte fala: *“Você pode ter um prêmio Nobel e não saber dizer bom dia de maneira socialmente adaptada. São duas coisas completamente diferentes”*

Esta capacidade de memória ficou evidenciada no relato do professor de educação física do estudante Pedro. Ele conheceu Pedro no ano de 2009 quando fazia estágio para conclusão de curso na escola onde Pedro estuda. Agora em 2015, retornando como professor, para sua surpresa Pedro chamou-lhe pelo nome, ao contrário dos demais estudantes que não se recordavam dele.

No capítulo, que dá nome ao livro de Sacks, é relatada sua convivência por alguns dias com Temple Grandin, uma mulher autista com aptidões acima da média, sendo considerada uma “savant”. Dentre alguns dos feitos de Temple é interessante o fato de ela ter escrito sua autobiografia. Sacks procura compreender as dificuldades vivenciadas por ela ao viver em um mundo onde se exige padrões de normalidades para ser aceito. A angústia de Temple fica visível: “A maior parte do tempo eu me sinto como um antropólogo em Marte” (1995, p.175)

Mesmo com inúmeras pesquisas relacionadas ao tema e livros sobre o assunto, ele ainda é uma incógnita.

Como futuro docente há uma enorme preocupação de como incluir este ser “estranho” que foge aos padrões de normalidade em sala de aula, visto que a lei esta aí, mas cabe sempre a pergunta: De que maneira realizar esta inclusão?

Esta inquietação fica clara na dissertação de mestrado da docente de matemática Élide Tamara Prata de Oliveira Praça (2011), intitulada “Uma Reflexão Acerca da Inclusão de Aluno Autista No Ensino Regular”. A autora

destaca o fato de em sua graduação não ter tido nenhuma disciplina concernente à inclusão de aluno especial. Esta preocupação se faz presente também em meu trabalho, visto que a lei da Inclusão existe e, portanto, é dever do docente estar minimamente preparado para o contato com o diferente em sala de aula. Outra preocupação de Praça, que se faz pertinente também em meu trabalho, é sobre a forma de atender o aluno autista em uma sala com um número maior de alunos “normais”.

Há de se ter clareza que a inclusão deve promover mudanças de parâmetros pré-estabelecidos e a escola deve estar apta não simplesmente para receber este cidadão com espectro autista que nela chega, mas recebê-lo com qualidade, ou seja, incluí-lo de maneira real. Oportunizando ao mesmo todas as possibilidades de aprendizado que o estudante sem deficiência possui ao mesmo tempo em que a ação do professor deverá levar em consideração as peculiaridades pertinentes ao espectro autista.

Marcia Doralina Alves (2005) em sua dissertação de mestrado intitulado “As representações sociais dos professores acerca da inclusão de alunos com distúrbios globais do desenvolvimento”, constata a existência do sentimento de desconforto e solidão nos professores por não se sentirem preparados para trabalhar com alunos autistas.

É relevante considerar que por inclusão não se deve entender apenas o fato de o estudante com deficiência, e nesse caso o sujeito autista, estar matriculado em determinada escola, uma vez que estar verdadeiramente incluído significa participar de todo o processo pedagógico.

No II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades realizado em Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013, Álvaro Dos Santos Maciel e Aline Hamdan Vilas Boas apresentaram artigo sobre “Direito à educação e à inclusão das pessoas com deficiência: as ações afirmativas no contexto brasileiro contemporâneo”.

Neste artigo, os autores descrevem um pouco do quadro de inserção de pessoas com deficiência no ensino público regular e elencam as ações afirmativas como a Declaração Mundial de Educação para Todos, Declaração de Salamanca, Declaração da Guatemala, LDB entre outras que visam eliminar o processo discriminatório que envolvem as pessoas com deficiência.

Os estudantes com o Transtorno do Espectro Autista observados

durante a realização da pesquisa demonstram a todo o momento diferenças significativas em relação aos padrões de normalidade esperados em uma sala de aula que visam normatizar os comportamentos a todo instante.

Em todas as quatro escolas, os gestores afirmaram que antes de estes estudantes serem inseridos, foi feita uma conversa com os demais estudantes sobre a condição do autista que ali iria estudar. Deste modo os demais já se encontravam avisados das perceptíveis diferenças, mas mesmo sabedores da situação fica claro o desconforto pela existência destes estudantes, com suas estereotípias peculiares dentro da sala de aula, especialmente na hora de efetuar algum trabalho que valha nota.

*“Porque ele tem que estar aqui? Ele não faz nada que preste mesmo”.* Fala de um colega do estudante Pedro ao sentir-se incomodado com as repetições dele durante a elaboração de um trabalho para a aula de ciências.

O estudante com autismo pode ser comparado ao monstro ou o anormal denominado por Foucault, pois está sempre indo na contramão da norma, por estar em desconformidade com o ambiente disciplinador da sala de aula, onde se exige silêncio, por exemplo, o autista irá bater palma, resmungar, dar risadas ou chorar sem motivo aparente e na hora que os normais tentarem se concentrar para a realização de um trabalho ou prova o estudante com Transtorno do Espectro Autista poderá cometer infrações tais como as repetições de Pedro, sem o menor constrangimento em relação aos demais.

De fato, o monstro contradiz a lei. Ele é a infração, e a infração levada a seu ponto máximo. E, no entanto, mesmo sendo a infração (infração de certo modo no estado bruto), ela não deflagra, da parte da lei, uma resposta que seria uma resposta legal. Podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro e que, ao mesmo tempo que viola a lei, ele a deixa sem voz. (FOUCAULT, 2001, p. 70)

Observei que na sala de aula onde o estudante Paulo encontra-se inserido, que a segunda professora ou os professores da turma faziam referência a ele, sem mencioná-lo nominalmente. Quando a classe encontrava-se tumultuada usavam a expressão: “você sabem que alguém precisa de silêncio, pois do contrário não conseguimos trabalhar e ele ficará ainda mais agitado” “O monstro é que é o problema”. (FOUCAULT, 2001, p. 78)

A busca pelo modelo ideal de estudante é perceptível nas escolas

observadas, o discurso que sempre ouvi quando a turma encontrava-se agitada era o de que “você precisam se comportar”. Muitas vezes este discurso vinha acompanhado de gritos dos professores. Durante um trabalho bimestral de matemática, ouvi a seguinte frase de uma colega de Ana “*desse jeito não tem como se concentrar,*” referindo-se ao cantarolar de Ana.

O mais triste desta pretensa inclusão tão propagada em discurso, foi que não ocorreu nenhuma tentativa, por parte da segunda professora de Ana, de realizar com ela alguma atividade referente ao trabalho que estava sendo realizado pelo restante da turma. Ao invés disso, a professora Rosinete foi auxiliar outro estudante com déficit de atenção na realização do trabalho, deixando Ana envolta em seu universo particular.

## 4 A DIALÉTICA DA INCLUSÃO DO SUJEITO COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE CHAPECÓ

*Enquanto o estranho está á nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável. (GOFFMAN, 2013, p.12)*

### 4.1 INCLUSÃO X EXCLUSÃO

Existe uma ambiguidade latente no ato de incluir o sujeito com deficiência no sistema regular de ensino, devido às contradições existentes em nossa sociedade que procura a todo o momento proclamar seu não preconceito para com o que lhe é diferente, ao mesmo tempo em que lança olhares hierárquicos ao desviante que se encontra á sua frente.

Foucault concebe as instituições como espaços onde o poder se sobrepõe e as hierarquias se revelam e se legitimam, é evidenciada a existência de um saber que culmina em exclusão. Na sociedade moderna o uso de normas é legitimado através das práticas diárias e quando ocorre um desvio neste percurso o sujeito é inserido em lugares de exclusão tais como hospitais psiquiátricos, asilos, prisões e outros lugares de correção.

. Se na obra A história da Loucura os leprosos eram retirados do convívio social, sendo necessário mantê-los em lugares reclusos, ocorrendo deste modo uma separação ou exclusão dos corpos doentes objetivando a preservação dos demais, já no mundo contemporâneo o desviante, no caso desta pesquisa o sujeito com autismo é agora não mais segregado, mas incluído dentro de um sistema de ensino pensado para os normais.

Ao realizarmos uma análise sociológica da educação através de Vigiar e Punir, perceberemos as formas de controle dirigidas aos corpos, Foucault realiza um diagnóstico do poder das disciplinas e segundo ele.

Aparece, através das disciplinas, o poder da Norma. Nova lei da sociedade moderna? Digamos antes que desde o século XVIII ele veio unir-se a outros poderes obrigando-os a novas delimitações; o da Lei, o da Palavra e do Texto, o da Tradição. O Normal se estabelece como principio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo medico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde; estabelece-se na regularização dos processos e dos

produtos industriais. Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica. As marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que tem em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização (FOUCAULT, 1978, p. 80)

Neste aspecto, o normal está vinculado ao princípio coercitivo visando uma educação normalizadora, como é possível uma educação que inclua o sujeito com transtorno do espectro autista? Como é possível homogeneizar um corpo que destoa por não se enquadrar no sistema de classificação exigido pelo ensino regular de ensino que classifica através de notas, hierarquizando e excluindo? Como incluir os que já são classificados como anormais?

As técnicas de poder analisadas por Foucault em vigiar e punir referentes à educação são uma maneira de adestrar os corpos. Podemos ver a questão da arquitetura onde, temos as escolas com modelo similar ao das prisões, há no sistema escolar uma vigilância constante, os indivíduos anormais, no caso desta pesquisa o sujeito autista presentes nas escolas precisam ser disciplinados para que haja maior segurança para os demais sujeitos.

Uma das primeiras frases que ouvi de Cláudia, segunda professora do estudante Paulo ao saber do tema de minha pesquisa foi, *“Uma coisa eu te digo, a inclusão ocorre apenas no papel”*.

Segundo o dicionário Michaelis (2009, p.467) a palavra inclusão significa *“(lat inclusione) sf 1 Ato ou efeito de incluir(-se). 2 Penetração de uma coisa em outra. Pl: inclusões.”* Desta maneira entende-se que a lei da inclusão tentou introduzir no ambiente escolar o sujeito que anteriormente não tinha acesso à escola.

É notório a repercussão nas últimas décadas em torno do tema inclusão envolvendo pessoas com deficiência seja no ambiente escolar, mercado de trabalho ou demais espaços de socialização.

Nos discursos, sejam eles das mais variadas fontes, ouvimos quase que diariamente a necessidade da Inclusão, o que fica latente é a necessidade de incluir, mas de que forma? A inclusão está realmente sendo praticada na sua completude? Ou qual é o entendimento que as pessoas envolvidas na educação do Ensino Regular da cidade de Chapecó, um dos alvos desta

pesquisa, têm sobre o assunto?.

Ao decidir-me sobre o tema da Inclusão do sujeito com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular da cidade de Chapecó, tornou-se claro que nas ciências sociais área que tanto fala em diversidade, a literatura sobre Inclusão é inexistente, desta forma parto do conceito de exclusão para focar na inclusão.

Não há como definir um limite preciso entre o “incluído” e o “excluído”. Não se trata de um conceito mensurável, mas de uma situação complexa que envolve a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem, e principalmente a falta de voz (MARICATO *Apud* LEAL, 1994, p.12-13).

Partindo da concepção que incluir significa colocar para dentro algo que anteriormente encontrava-se fora, a lei da inclusão visa à integralidade deste sujeito que anteriormente encontrava-se relegado às marcas de sua deficiência e conseqüentemente excluído do universo frequentado pelos “normais”.

É notório que as relações de poder culminam por deixar marcas em nossa sociedade onde invariavelmente temos a tendência a excluir o que nos é diferente. Neste aspecto, o estudante com autismo traz uma enorme carga de estigma. Isto ficou evidenciado em uma das observações realizadas na sala de aula do estudante Pedro. Em uma das atividades proposta pelo professor da sala um colega percebeu que Pedro não havia sido cogitado para participar de uma brincadeira e fez a seguinte fala: *“Pedro também é aluno, ele é uma pessoa e não um animal, ele conta também”* Neste momento outro colega falou: *“Pensei que ele não contava”*.

Certamente este *“pensei que ele não contava”*, remete a ideia de o sujeito com autismo inserido, ocupando um espaço físico, mas segregado do processo real de aprendizado ocorrendo uma inclusão fictícia.

Durante o trabalho de campo, observei ser recorrente os sujeitos autistas ficarem segregados e isto foi mais perceptível durante as aulas de educação física pelo fato de haver a saída da sala de aula. Com exceção do estudante Paulo – as aulas de Paulo foram realizadas dentro da sala de aula pelo motivo do Ginásio de esportes da escola estar em reformas. Nas aulas de educação física da estudante Ana, a segunda professora aproveitou para trabalhar em uns cartazes referentes a outra atividade que aconteceria na escola. Enquanto os colegas de Ana jogavam bola Ana ficava sentada ao lado



da professora da turma ou em outros momentos andava dentro do ginásio de esportes.

Da mesma maneira aconteceu na escola de Pedro, nas aulas de educação física era oferecida uma bola de basquete para que ele ficasse em um espaço paralelo aos demais. O professor de educação física trabalhava com os colegas de Pedro e a segunda professora apenas o observava com receio que alguém abrisse à porta do ginásio que dava acesso à rua, pois Pedro já fugiu da escola em determinada ocasião, fato este relatado pelo pai do estudante durante a entrevista.

Na escola do estudante Carlos, a professora de educação física ao perceber que eu estava observando falou que a mãe de Carlos já havia comparecido na escola para falar da necessidade dele participar das aulas de educação física, mas que ela tem medo que Carlos se machuque, pois entende o fato de ele não ter muita percepção das coisas que o cercam.

Na escola de Ana também ficou perceptível o apenas ocupar lugar físico durante uma ida da turma para o laboratório de informática, pois enquanto os estudantes realizavam um trabalho de pesquisa para a disciplina de geografia, a professora Rosinete colocou no computador de Ana um jogo infantil. Enquanto vistoriava o restante da turma, Ana intercalava o tempo entre olhares para o jogo e voltas ao redor dos demais estudantes.

Realizando uma analogia, podemos perceber que o sujeito autista na atualidade, em tese, não pode mais ficar excluído da sociedade a qual ele faz parte, e isto se configura em um direito que lhe é assegurado em todas as instancias de nosso País. No entanto não é efetivamente o que se constatou nesta pesquisa, visto que dos quatro sujeitos autista que observei nas escolas, com exceção do estudante Paulo, os demais praticamente apenas se faziam presente na escola, me parecendo que a escola não se fazia presente neles.

A exclusão dos estudantes com autismo tornou-se mais evidenciadas durante as aulas de educação física pelo fato de eles saírem da sala de aula. Mas durante o mês que estive realizando trabalho de campo nas escolas onde a pesquisa se realizou, foram raros os momentos onde o professor (a) da sala se aproximava do estudante autista para de alguma maneira procurar fazer com que ele interagisse com a aula ministrada. Do mesmo modo percebi o segundo professor, na maior parte das vezes, fazendo colagens no caderno do

estudante, com exceção da segunda professora Claudia, onde ficou nítida a preocupação em manter o estudante Paulo realizando as mesmas atividades que os outros estudantes ainda que de maneira adaptada.

Nas escolas ouvi muitas vezes professores comentarem de maneira informal sobre a dificuldade de inicialmente manterem os estudantes com autismo dentro da sala de aula. Relataram situações em que algumas vezes retiraram o estudante para outro espaço da escola. Contrário a isso a professora Claudia fez a seguinte fala: *“Nunca se tira um autista da sala de aula, porque se você fizer isso uma vez, ele vai querer sair sempre”*.

Na modernidade evidenciam-se as práticas utilizadas como mecanismos de poder e controle para manter o indivíduo dentro de um padrão de normalidade aceitável. Estas práticas se legitimam especialmente pelas práticas de poder reproduzidos através das instituições. Foucault é essencial para refletirmos sobre as técnicas utilizadas não somente na idade clássica, mas também na era contemporânea.

A idade clássica também inventou técnicas de poder tais que o poder não age por arrecadação, mas por produção e maximização da produção. Um poder que não age por exclusão, mas sim por inclusão densa e analítica dos elementos. Um poder que não age pela separação em grandes massas confusas, mas por distribuição de acordo com individualidades diferenciais. (FOUCAULT, 2001, p.60)

Estas “individualidades diferenciais” abordadas por Foucault evidenciam-se no sujeito autista não mais separado fisicamente como ocorria anteriormente à lei da inclusão quando seu lugar era em uma escola de educação especial e agora ele é posto no ensino regular, mas permanece excluído do processo pedagógico real. A concepção de Foucault quanto à exclusão não acontecer mais por separação das massas, mas por distribuição de acordo com individualidades diferenciadas, leva-nos a pensar na inclusão do sujeito com Transtorno do Espectro Autista que agora tem inclusive a Lei Berenice Piana para garantir seu acesso à escola. Mas há uma dualidade evidenciada, pois é mostrado que este sujeito tem peculiaridades que o difere dos “normais” e ao mesmo tempo não se leva em conta essas peculiaridades na medida em que ele é apenas inserido fisicamente no ambiente escolar.

É fato que o sujeito com Transtorno do Espectro Autista dentro de nossa sociedade foge aos ditames dos padrões de normalidade. Por essa lógica que

integra o “normal” e segrega o “anormal” como é possível à inclusão de fato?.

A escola como instituição essencialmente normalizadora utiliza-se de técnicas que adentra os indivíduos como se fossem mesmo animais domésticos, há sempre um olhar hierárquico em torno do indivíduo que ali é inserido. Nas observações realizadas na escola onde Carlos estuda tornou-se muito evidenciado o regime quase que de um quartel, pois em várias situações foi acionada para garantir a ordem a orientadora escolar Theodora. Ficava aos gritos com os estudantes, indo de carteira em carteira, anotando nomes e distribuindo punições tais como bilhetes para os pais. Como o estudante Carlos não tem segundo professor é auxiliado por um estagiário, que é também encarregado de auxiliar outro estudante com déficit de atenção e hiperatividade. Observei a orientadora escolar gritando com aquele estudante chamando-o de “diabinho”. Numa das ocasiões a ouvi falar para o estagiário que se fosse necessário poderia puxar a orelha do estudante. Em outra ocasião os estudantes foram punidos por estarem sem notas para a disciplina de ensino religioso e foi aplicado a eles o que Foucault atribui o nome de sanção normalizadora, como punição os estudantes e entre eles Carlos ficaram sem a aula de educação física, para, sob olhares hierárquicos de Theodora, realizarem um trabalho para a disciplina de ensino religioso.

Na escola do estudante Pedro, ouvi a seguinte frase: “Se Pedro não se comportar, vai ter que ficar sem o lanche para aprender”. Esta frase foi realizada pela segunda professora ao considerar que Pedro estava muito agitado.

“A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”“. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (FOUCAULT, 1978, p.71)

Evidenciou-se o fato de que em todas as escolas o que mais ouvi pelo responsável do setor de pesquisa da escola ou por professores foi o quanto estes sujeitos “melhoraram” desde que ali chegaram.

Na escola de Ana ouvi o seguinte: *“meu, agora ela tá gente perto de quando chegou”* – fala da professora de ciências de Ana, esta fala foi

recorrente em todas as demais escolas, sempre havia um professor ou gestor para usar a frase *“no começo foi difícil, mas agora está mais calmo”*.

Brenda, segunda professora do estudante Pedro faz o seguinte relato: *“Eu quando assumi o Pedro, ele era bastante problemático, ele não gostava de ficar em sala de aula e hoje ele já evoluiu bastante”*.

Pode-se analisar através destas falas o quanto à reprodução da visão da escola, na tentativa constante de encontrar maneiras de deixar os corpos dóceis, devendo sempre seguir o padrão de aceitabilidade perante a vida em sociedade, tanto que o discurso sempre girava no sentido de quão importante é ter o autista na escola para que ele possa ser “socializado”. Este socializado seria uma espécie de indivíduo domesticado? Talvez se faça pertinente pensarmos sobre isto.

Percebeu-se na pesquisa uma ambiguidade nas entrevistas realizadas com pais e professores, quando perguntei se o estudante costumava participar de atividades extraclasse tais como festas ou passeios promovidos pela escola. O pai do estudante Pedro respondeu da seguinte maneira: *“Sim, ele sempre participa”*, mas quando formulei a mesma pergunta para a professora Paula que é professora dele em três disciplinas na escola, a resposta foi: *“Não, geralmente a família prefere não mandar ele, já teve algumas saídas, mas a família optou por não mandar ele”*.

Na escola do estudante Carlos quando me apresentei no primeiro dia à gestora foi me conduzir até a sala dos professores explicando o que eu faria ali, um dos professores não lembrava quem era o Carlos e a resposta de outra professora foi a seguinte: *“Aquele menino da turma 67 que tem problema”*.

O indivíduo anormal do século XIX seguirá marcado e muito tardiamente, na prática médica, na prática judicial, tanto no saber quanto nas instituições que o rodearão- por essa espécie de monstruosidade cada vez mais difusa e diáfana, por essa incorrigibilidade retificável e cada vez mais cercada por certos aparatos de retificação. E, por último, este marcado por este segredo comum e singular que é a etiologia geral e universal das piores singularidades. Foucault (2001, p.75)

O sujeito com transtorno do espectro autista traz consigo marcas que o difere dos estudantes “normais”, visto que manifesta a todo instante característica peculiar ao transtorno global do desenvolvimento e os rótulos ficam evidenciados em palavras tais como: retardado, louco, deficiente, problemático.

Na sala de aula onde o estudante Pedro estuda ouvi um estudante se referir a outro colega seu da seguinte maneira: “o seu deficiente, parece o Pedro!” o rótulo atribuído ao sujeito autista aparece sempre de maneira pejorativa.

Estas “marcas” ficaram perceptíveis ao observar a sala de aula onde o estudante Carlos, com autismo ligado a síndrome de Asperger, estuda. A síndrome de Asperger é caracterizada por ser um Transtorno Global do Desenvolvimento, há uma desordem genética, mas as pessoas com a síndrome de Asperger não apresentam grandes atrasos cognitivo. Muitos possuem interesses em áreas específicas, com habilidades em muitos casos em processos de memorização, mas mesmo este estudante possuindo características mais próximas ao padrão de normalidade, percebeu-se que é um indivíduo marcado por sua condição de deficiente. Algumas vezes observei piadinhas de colegas ao referir-se a ele, e em uma dessas observações, uma aluna sabendo da minha pesquisa me indagou da seguinte forma: “você viu o tipo que eles tratam ele?”.

*“Não consigo dar atenção nem para os ditos normais quem dirá para aquele aluno, às vezes você entra tão focada tenho que fazer isso dar conta disso, disso disso né, no que precisa dar conta que o máximo que você faz é dizer, oi tudo bem, mas a atenção que ele precisaria eu não dou.”* – Fala da professora de Pedro e Carlos. A fala da professora faz-nos pensar no fato que “O poder se articula diretamente sobre o tempo; realiza o controle dele e garante sua utilização” (FOUCAULT, 1978,p.80)

Durante a realização desta pesquisa ocorreu uma audiência na câmara de deputados havendo debate na comissão de direitos de pessoas com deficiência sobre a educação inclusiva. Pesquisas foram apresentadas mostrando a grande deficiência existente nas escolas que se dizem inclusiva. Muitas vezes os sujeitos estão na escola, mas não estão aprendendo, desta maneira se entende que não estão de fato participando e acabam sendo excluídas dentro da escola<sup>7</sup>. Evidencia-se através dos debates e nas falas dos

---

<sup>7</sup><http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/498224-INCLUSAO-DE-ALUNOS-COM-DEFICIENCIA-SEM-APOIO-PEDAGOGICO-E-CRITICADA-EM-AUDIENCIA.html>

professores que a qualidade esperada em educação para pessoas com deficiência encontra-se ainda mais defasada em comparação à qualidade ofertada aos sujeitos “normais”. Dentre as críticas ao processo de inclusão, configura-se o fator da inclusão existir sem o apoio pedagógico eficiente.

A doutora em psicologia e também professora Enicéia Gonçalves apresentou uma pesquisa realizada em dezoito estados brasileiros com professores das salas de recursos. Enicéia critica o modelo de ensino da classe de recurso, nas palavras dela:

A classe de recursos, ela concentra a diferença na escola, lá tá o professor de educação especial, o aluno, parece que o problema é dele que ele não aprende, então ele precisa ser consertado ou remendado, por isso que ele vai p AEE, enquanto isso o ensino que ta lá na escola os objetivos o material, o método não muda, não muda para acolher realmente a diferença na escola.

Importante lembrar que este modelo debatido na câmara e duramente criticado, é o mesmo modelo implementado na cidade de Chapecó. Onde os estudantes com necessidades educacionais especiais são inseridos na rede regular de ensino e no contra turno lhes é oferecido um atendimento de uma hora e trinta minutos duas vezes por semana que deveria ser especializado. Mas segundo pesquisa nos dezoito estados, a maior parte dos professores que estão atuando em salas de recursos nunca teve um curso de capacitação. Nas palavras de dela o atendimento educacional especializado acaba se transformando em serviço prestado por “leigos e autodidatas”

Da mesma forma que o sujeito anormal foi marcado no século XIX segundo Foucault (2001), percebe-se o sujeito com espectro autista alvo de inúmeros rótulos no século XXI. Por conta de suas estereotípias muitas vezes são percebidos até como incapazes de expressarem sentimentos por aspectos que lhe são peculiares e fogem da norma padronizada em nossa sociedade.

Praticamente em todas as entrevistas realizadas salientava-se o fato de a inclusão não ser de fato efetiva mesmo os pais acreditando na importância do filho estar frequentando o ensino regular da cidade de Chapecó. A mãe do estudante Paulo ao ser indagada se ele se sentia feliz frequentando a escola afirma *“Muito feliz, todo mundo cuida dele na escola, então eu não tenho preocupação com ele no colégio”*.

Sentimento compartilhado pela mãe da estudante Ana: *“Muito feliz, ela adora a escola, ela tem melhorado a cada dia, hoje ela já cumprimenta colegas*

*e professores, não diz oi, mas sorri e canta feliz”.*

Da mesma maneira o pai do estudante Pedro falou: *“Sim, ele gosta muito de ir para a escola, e ele sabe quando é a hora, porque quando termina o programa do Eduardo (aqui ele se refere ao jornal de uma emissora local) ele já pega a mochila feio para ir pra escola”*

Ficou evidenciada através das falas a necessidade que os pais sentem do filho estar frequentando a escola. Os pequenos avanços percebidos nos sujeitos autistas, no que se refere a sua socialização, são vistos como altamente positivos, ainda que se reconheça o déficit no que se refere à alfabetização destes sujeitos.

#### 4.2 A ESCOLA E A INCLUSÃO DO DIFERENTE EM SALA DE AULA

*Eu busquei, pesquisei a condição do aluno, busquei a sala de recursos, mas a resposta que você encontra é sempre assim: há é limitado, no caso de Pedro, por exemplo, é um aluno que reage da maneira dele, então talvez o que eu fale pra ele hoje vai fazer sentido alguns dias depois, então é difícil porque você espera um resultado imediato. Então eu busquei me inteirar da situação dele, mas até por conta da carga horária e o sistema todo que a a gente tá eu não consigo dar conta – Professora do estudante Pedro*

As leis relacionadas à inclusão de pessoas com deficiências em sala de aula não podem mais continuar sendo ignoradas pelo docente, pois o “estranho” agora está presente na aula ministrada e a responsabilidade referente à educação deste sujeito não deveria estar atrelada apenas, a figura do segundo professor. Na pesquisa observou-se que mesmo o docente da sala sabedor de sua responsabilidade não consegue modos efetivos de incluir o autista nos conteúdos ministrados. E isto talvez se deva ao fato de que em nenhuma escola foi encontrado projetos específicos focando a temática da inclusão. Quando indaguei sobre o assunto com os professores, se conheciam algum projeto da escola que tivesse como foco a inclusão, as respostas foram sempre no sentido de dizerem que a escola se preocupava com a inclusão, mas sem apontar algum projeto palpável.

*“Então, a escola tem sempre grande interesse, mas entre teoria e prática há um grande problema, eu percebo que a escola aqui se preocupa com a educação especial. O gestor sempre estuda os laudos, fala com os pais sobre a ajuda e empenha-se em tentar ajudar o aluno, percebo uma grande motivação para auxiliar, mas a*

*inclusão de fato nas atividades vamos ser sincero não é verdade”-  
Professora dos estudantes Pedro e Carlos*

A professora Claudia respondeu a este questionamento da seguinte maneira: *“Olha, normalmente é feito projetos em cima disso, mas não específico, é feito um projeto geral e ai se trabalha a inclusão. Porque se você trabalhar só a inclusão eu acho que você esta excluindo, então é preciso trabalhar em num projeto do professor algum objetivo que tenha a inclusão que dai a coisa funciona”*.

Percebe-se através das falas e no modo como senti as professoras receosas ao darem as respostas, que por mais que se fale todo tempo na inclusão escolar, não foi mostrado nem um projeto palpável focando a inclusão seja dos autistas ou outras inúmeras deficiências que constatei estarem inseridas no ensino regular.

A mãe do estudante Paulo, mesmo constatando que seu filho é muito feliz em frequentar a Escola Estadual Pedro Campos, ao saber sobre o foco desta pesquisa em investigar se a inclusão em Chapecó acontece de fato ou apenas no âmbito jurídico, fala o seguinte:

*A inclusão ta apenas no ambito juridico sim, por mais que, o segundo professor do Paulo, ela tá engajada em fazer com que ele aprenda, porém ela sente a mesma dificuldade que eu , ele não tá alfabetizado ainda, ele vai atropelando os passos, porque ha um sistema por trás disso, eu acho que os professores deveriam estar preparados para esta patologia, querendo ou não, segundo o senso que eu ouvi no AMA, o indice é alto, para cada mil crianças duzentos autistas.*

A angustia da mãe de Paulo se deve no fato de o filho não ser alfabetizado e ir avançando de turma, ela me relatou que tentou através da secretaria de educação solicitar que Paulo reprovasse de ano, por entender não fazer sentido ele ir avançando de série sem estar preparado. Mas a alegação da secretaria de educação é de que os deficientes precisam estar em uma sala de aula de acordo com sua idade.

Ao mesmo tempo em que o Estado ampara os estudantes com autismo através das leis e os coloca dentro da sala de aula, em contrapartida este Estado não oportuniza aos sujeitos condições reais de aprendizado e consequentemente de inclusão, pois os professores demonstram não saberem até mesmo como avaliar estes estudantes. A professora Carla que, atualmente é professora de Carlos e Pedro fala o seguinte:



*Tem que ser dentro das limitações dele totalmente diferenciado às vezes pela participação é difícil saber o que ele entendeu o que ele não entendeu, no caso do Pedro até pela barreira que existe na comunicação então você fica pensando será que ele entendeu será que não entendeu? Então o assunto é mais infantil. O Pedro se você pedir pra ele ler ele sabe se e quero avaliar ele de um jeito eu tenho que ir na onda dele, já o Carlos é cheio de perguntas e todo dia é a mesma pergunta, mas com Carlos eu consigo fazer m trabalho melhor porque ele conversa eu pergunto ele me responde e, mas com o Pedro é como um tiro no escuro”.*

Em observação realizada do atendimento do SAEDE com a estudante Ana surpreendeu-me o fato de ouvi-la falar, fato este que não ocorreu durante a semana que estive na escola que a mesma frequenta. Ana estava com um jogo de memória que efetivamente parecia lhe agradar muito e quando a professora do SAEDE tentou mudar o jogo a mesma irritou-se e repetiu várias vezes as seguintes frases: *“Não me venha fuçar com esta maldita merda”...”por favor para”*. Em um dado momento Ana falou: *“para de me incomodar”* ao que a professora falou: *“A prof. esta te incomodando Ana ?”*, para minha surpresa Ana respondeu: *“eu to falando comigo”*.

Fiquei me indagando sobre ela não ter essas reações na escola de ensino regular e o que me ocorreu foi que talvez Ana tenha falado por estar em um ambiente de “iguais”. GOFFMAN(2013, p.23) acredita que “ O individuo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão”.

A observação no SAEDE do CAPP fez-me perceber a estudante Ana muito mais a vontade que na escola a qual frequenta, pareceu-me que no CAPP Ana pode ser como ela é de fato, talvez por não ter todo um aparato coercitivo que o ensino regular demanda

*No começo não foi fácil porque por mais que você estude na teoria, na prática cada autista tem uma forma de se comportar , então não foi fácil, eu levei seis meses para ter ideia para conseguir encontrar o caminho , para descobrir formas para trabalhar com este aluno que eu tenho até hoje. Então assim, não foi fácil, mas a gente conseguiu manter ele na sala, fazer com que ele faça algumas atividades, interagir com as outras crianças que estão em sala – Claudia segunda professora do estudante Paulo -*

O estudante Paulo com idade de onze anos frequenta uma turma de sexta série no período vespertino e segundo relatos da segunda professora que está com ele há três anos , antes da chegada dele na escola os estudantes foram informados do fato de ele ser autista e possuir peculiaridades as quais os

mesmos não estavam habituados , devendo a turma ter paciência com atitudes que Paulo eventualmente tomasse.

Na semana de observações Paulo chegava sempre com alguns minutos de atraso e conforme a segunda professora esta é uma estratégia para que ele não enfrente o tumulto costumeiro da entrada dos estudantes na escola. Sempre que possível à mãe de Paulo vem busca-lo antes para evitar que o mesmo se estresse com o barulho.

Percebi que Paulo sempre repete o mesmo ritual ao entrar na sala de aula, como ele sentava bem em frente à porta, assim que chegava se dirigia ate o final da sala onde ficava guardado seu material em um armário. Logo após a segunda professora solicitava que Paulo sentasse e quase que de imediato ele obedecia.

No primeiro dia de observações, Paulo passa pela carteira em que estou sentada e parece não perceber minha presença em sala, seu olhar não se fixa em mim. Paulo aparenta gostar de frequentar a escola, percebo que ele sempre responde a chamada, a professora Claudia usa de estratégias para que Paulo participe de forma ativa da aula. Como ele não consegue ler, sempre que o professor da sala estipula que cada estudante leia um parágrafo , Claudia lê e Paulo repete, percebo que ele fica nervoso quando surge no meio da leitura alguma palavra que sente dificuldade em pronunciar, pois neste momento as estereotipias se aguçam e Paulo bate na cabeça repetindo “*calma, calma, calma*”, em seguida prossegue a leitura.

A professora Claudia sempre estava atenta e incentivando Paulo durante as atividades , quando lhe perguntei como avaliava o desempenho de Paulo , ela respondeu da seguinte maneira:

*Olha quando eu comecei com ele há três anos atrás eu não vou te dizer que a evolução dele foi cem por cento porque não foi, ele não contava tantos números, não reconhecia muitos objetos, hoje tudo que você apresentar pra ele, ele reconhece. Tudo o que você apresentar em forma de figuras de desenho ele sabe o que é, e muitas vezes ele já lê algumas palavras, muitas vezes a gente acha que ele reconhece, eu já acho que com o tempo ele vai descobrir que os outros precisam saber o que ele sabe e ai vai poder mostrar isso, porque o autista tem muito de o mundo deles, então eu acho que a partir do momento que ele descobrir isso, ele vai poder falar e passar o que ele sabe, porque é muita coisa.*

Goffman (2013, p.102) considera o fato de que “Há uma questão final que deve ser considerada, Como já foi sugerido, uma criança que tem um estigma pode-se encobrir de um modo especial”.

“*A gente faz o que pode, mas é difícil*”- fala da professora Brenda, segunda professora do estudante Pedro, - logo ao descobrir o que eu estava fazendo na escola.

O estudante Pedro tem doze anos e estuda em uma turma de sexta série no período vespertino. Durante a semana que estive na escola Dom Pedro I, onde Pedro estuda percebi que o mesmo sempre vem acompanhado pelo pai, e a professora Brenda me relatou que foi acordado com o pai de Pedro que ela não faria intervalo e desta maneira Pedro sempre sai antes da última aula.

Percebo que Pedro gosta muito de números e passa grande parte do tempo repetindo “*página*”? a professora Brenda fala um número aleatório e Pedro feliz folheia um dicionário grosso que sempre o acompanha. No primeiro dia de observações a professora Brenda me chama para que eu veja de perto o processo, Pedro pergunta “*página*”? E quando a professora Brenda fala um número ele sorri ao encontrar e mostra contente.

Pedro senta na última fileira com a professora Brenda ao seu lado, em alguns momentos percebo ele se levantar e olhar pela janela parecendo absorto em seu mundo, mas ao ouvir seu nome sendo pronunciado na chamada sorri e aponta com o dedo demonstrando estar presente.

Percebo que quando o restante da turma está agitada o mesmo acontece com Pedro, algumas vezes as estereotípias se acentuam, ele bate bastante na orelha e algumas vezes chora sem motivo aparente.

Durante a aula de geografia, percebo que a professora distribui os livros didáticos aos demais estudantes para trabalho em grupo e Pedro não recebe livro algum e folheando o dicionário que sempre o acompanha enquanto repete “*página*”? Em certo momento a professora de geografia pergunta aos estudantes “*o que a serra dá*”? Pedro responde “*sopa*” à turma cai na gargalhada.

Em primeiro lugar, a visibilidade de um estigma deve ser diferenciada de sua “possibilidade de ser conhecido”. Quando um estigma de um indivíduo é muito visível, o simples fato de que ele entre em contato

com outros levará o seu estigma a ser conhecido. (GOFFMAN,2013, p.59)

*“Ele agora esta mais calmo, mas no início foi difícil, é a terceira segunda professora que está com ele este ano, as outras ele não aceitou”.* Esta fala foi feita pela professora de artes de Pedro. Fiquei me questionando se realmente Pedro não havia aceitado ou a aceitação não havia ocorrido pelas professoras anteriores.

A segunda professora de Pedro relatou possuir licenciatura em pedagogia e Pós Graduação em Educação Infantil, durante a realização da entrevista percebi o cuidado com que escolhia as palavras dando respostas evasivas.

Em conversa informal perguntei a professora Rosinete se ela era formada em psicopedagogia, me relatou ser formada em pedagogia em uma universidade de ensino a distancia.

A estudante Ana frequenta a Escola Estadual Laura Santos, no período vespertino e está inserida em uma turma de sexta série.

A turma a qual Ana faz parte é extremamente agitada, Ana senta-se ao lado da professora Rosinete, no final da sala de aula, e passa quase que o tempo todo balançando o corpo e balbuciando sons inteligíveis.

Como em todas as outras escolas onde a pesquisa se realizou estive durante uma semana acompanhando as aulas da estudante Ana bem como os intervalos, e outros espaços em que ela se fazia presente na escola. Tais como a biblioteca que percebi ser o lugar onde a estudante era levada durante o intervalo, noto que assim como Ana outros estudantes com deficiência se faziam presentes acompanhados de um segundo professor.

Durante uma observação no intervalo ficou constatado a sensibilidade auditiva do sujeito autista descrita pela literatura especializada . Começou um temporal e os estudantes aproveitaram para extravasarem suas energias. Percebi Ana desesperada tapando os ouvidos e balançando o corpo, precisei intervir neste momento, auxiliando a professora para conduzir Ana até a sala de aula na tentativa de acalmá-la ,após alguns momentos Ana pareceu sentir-se mais segura e acalmou.

Durante a semana de observação percebi que Ana não lanchava, a professora Rosinete contou que de uns tempos para cá isso vem acontecendo,

Ana também começou a recusar a utilizar o banheiro da escola. Fiquei me indagando sobre o motivo disto, pois segundo relato da professora anteriormente ela frequentava o banheiro da escola.

Durante a entrevista com a professora Rosinete ao lhe perguntar como avaliava seu trabalho com Ana, ela assim descreveu “ *Acredito que não é cem por cento, mas acredito que trabalho está sendo bem feito, muitas vezes eu planejo, mas ela não quer*”. Senti bastante incerteza em sua fala, até porque estávamos em uma sala da pessoa responsável pelo setor de educação da escola, e esta estava observando a entrevista. Importante ressaltar que realizei a entrevista na escola por insistência da professora Rosinete que não quis que eu fosse até sua casa. A mesma incerteza senti quando indaguei se a escola tinha algum projeto que tivesse como foco a inclusão, e nas palavras dela:

*Acho que é constante o trabalho da escola com a educação especial, então não tem um projeto em específico, mas diariamente a escola trabalha focando a educação especial para melhor entendimento deles*

Durante toda a semana que estive presente na sala de aula da estudante Ana a segunda professora na maior parte do tempo se limitava a ficar sentadas ao lado de Ana. Raras foram às vezes que percebi tentativas de sua parte para realizar alguma atividade com a estudante, o mesmo ocorreu na escola do estudante Pedro, já na escola do estudante Paulo percebi a segunda professora sempre procurando auxiliá-lo nas atividades, em contrapartida o estudante Carlos não possui segundo professor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola enquanto instituição do Estado, objetiva segundo os autores elencados nesta pesquisa, a socialização do indivíduo, a legitimação das desigualdades na medida em que se faz reprodutora de práticas que se legitimam ao invés de práticas de transformação e também um espaço onde se utilizam práticas de adestramento do sujeito visando seu disciplinamento para melhor utilidade e funcionamento da sociedade a qual este sujeito faz parte. Neste aspecto, tornou-se relevante compreender como é possível, socializar, domesticar, disciplinar, um sujeito que não se enquadra no padrão de normalidade por conta de suas particularidades relacionadas aos fatores biológicos.

A pesquisa foi finalizada tendo - se a compreensão de como ocorre à inserção do sujeito com autismo que frequenta o Serviço de Atendimento Educacional Especializado do Centro de Atividades Psicofísicas Patrick no ensino regular da cidade de Chapecó.

A hipótese inicial foi de que a inclusão estava sendo praticada de maneira ineficiente, ficando apenas no âmbito jurídico, esta hipótese foi comprovada, pois olhando através da perspectiva do excluído na Idade Média, observou-se que mesmo o sujeito autista, agora inserido no ensino regular, amparado juridicamente por uma enormidade de leis, permanece tendo um não contato com o grupo a qual supostamente deva fazer parte, e isto ficou perceptível nas observações participantes realizadas nas escolas e nas pontuações realizadas pelos professores. Essa “massa” constituída no caso desta pesquisa pelo sujeito autista, por conta das leis, não pode mais ser rejeitada conforme os leprosos descritos por Foucault na Idade Média, mas pelo que se constatou a não rejeição aplicou-se apenas no plano físico de se fazer presente no mesmo ambiente escolar.

A contradição é enorme entre o que a Lei especifica como direito à inclusão garantindo suporte referente à Atendimento Educacional Especializado e a realidade encontrada nas escolas pesquisadas

Importante salientar que existem ganhos sim para o estudante com autismo que frequenta o ensino regular especialmente na questão da socialização deles e isto ficou claro nas falas dos pais destes sujeitos, mas há uma enormidade de elementos presentes na educação dos estudantes

“normais” não alcançados ainda pela tão aclamada inclusão. A inclusão segundo os especialistas em educação elencados na pesquisa deveria ser todo o foco da escola que se pretende inclusiva, mas a realidade encontrada não condiz, visto não ter sido encontrado nenhum projeto com foco inclusivo, ainda considera-se inclusão o estudante “ocupar” um espaço físico e isto é evidenciado também na fala dos professores entrevistados que em muitos momentos nem ao menos sabem como agir com este corpo que destoa em sala de aula.

Faz-se pertinente descrever que em todas as escolas onde observei, tive uma surpresa com relação ao que esperava encontrar, pois pensei sempre que as estereotípias dos sujeitos autistas pudessem realmente comprometer a ministração das aulas. Em contrapartida, o que realmente ficou perceptível foi que o destoar dos estudantes com autismo quase nem se fazia perceber em relação à “bagunça” realizada em sala pelos ditos estudantes “normais”.

## REFERENCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola.** Campinas: Papiros, 2005.

ALVES, Marcia Doralina. **As Representações Sociais dos Professores Acerca da Inclusão de Alunos com Distúrbios Globais do Desenvolvimento.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Educação da UFSM, Santa Maria (RS), 2005. Disponível em: [http://cascavel.ufsm.br/tede/tde\\_arquivos/18/TDE-2006-07-06T073619Z-55/Publico/Dissertacao%20Marcia%20Doralina.pdf](http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/18/TDE-2006-07-06T073619Z-55/Publico/Dissertacao%20Marcia%20Doralina.pdf). Acessado. Outubro de 2015.

ARANHA, M. S. F. **Ministério da Educação:** Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2004.

**Brasil: Ministério da Educação,** Secretaria de Educação Especial, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>. Acessado. Outubro de 2015.

CERVO, A.L; BERVIAN. P.A; DA SILVA.R. **Metodologia científica.** 6º ed. São Paulo: Pearson prentice hall, 2007.

DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. In: **Revista Estudos Filosóficos**, n. 4, pp. 143-157. São João del-Rei (MG): Depart. de Filosofia e Métodos/UFSJ, 2010. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art9-rev4.pdf>. Acessado em outubro de 2015.

DAVOK, Delsi Fries. Qualidade em educação. **Revista Avaliação.** V. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007. Campinas: Sorocaba, SP. Disponível em:



<http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n3/a07v12n3.pdf>. Acessado em novembro de 2015.

DUTRA, C. P. et al. "Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva". Brasília, DF: **MEC/SEESP**, 2007.[ Acesso em: 01 de dezembro 2015]. Disponível em: <http://ada.mec.gov.br/handle/123456789/58>

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paul: Melhoramentos, 1978.

EZPELETA, J; ROCKWELL,E. **Pesquisa PARTICIPANTE**. São Paulo: cortez, 1989.

FERRARI, Anderson and DINALI, Wesley. **Herança moderna disciplinar e controle dos corpos: quando a escola se parece com uma "gaiola"**. *Educ. rev.* [online]. 2012, vol.28, n.2, pp. 393-422. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000200018>

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. O nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. O nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fonte, 2001.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura na Idade Clássica** São Paulo: EDITORA PERSPECTIVA, 1978.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In revista de administração de empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LEAL, G.F. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

MACIEL, ÁLVARO DOS SANTOS; VILAS BOAS, ALINE HAMDAN. O Direito à Educação e a Inclusão das Pessoas com Deficiência: as Ações Afirmativas no Contexto Brasileiro Contemporâneo. **II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013.

MICHAELIS: **dicionário prático da língua portuguesa**. 2.ed.São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

NEVES, José L. **Pesquisa qualitativa, características, uso e possibilidades**. São Paulo, 2º Semestre. 1996.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins, and Maria Alice Nogueira. "A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições." **Educação & Sociedade** 23.78 (2002): 15-36. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf>. Acessado em novembro de 2015.

PRAÇA, Élide Tamara Prata de Oliveira. **Uma Reflexão Acerca da Inclusão de Aluno Autista no Ensino Regular**. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Matemática da UFJF, Juiz de Fora (MG), 2011. Disponível em: <http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arg55340840d79ec.pdf>. Acessado em novembro de 2015.

PORTOCARRERO, Vera. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 1, p. 169-185, 2004. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25424/14750>. Acessado em Dezembro de 2015.

SACKS, Oliver. **Um Antropólogo em Marte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

VIEIRA, Ubiratan. Descontinuidades da inclusão e da exclusão na educação de pessoas com deficiência no Brasil. In. PINTO, Joana Plaza; BRANCA, Falabella Fabrício (Orgs.). **Exclusão Social e Microrresistências**. Goiânia: Cênone Editorial, 2013.

## APÊNDICE

Apêndice 01.

### **Roteiro de entrevistas realizada com os pais**

1. Você considera importante seu filho frequente o ensino regular?
2. Quais os maiores ganhos para você e para seu filho dessa presença dele na escola?
3. Teve alguma dificuldade em matricular seu filho por ele ser autista?
4. Como é a relação de seu filho com a escola?
5. Você já enfrentou alguma dificuldade por ter um filho com autismo?
6. Já sentiu vontade de tirar seu filho da escola?
7. Seu filho costuma participar de atividades extraclasse tais como festas e passeios promovidos pela escola?
8. Você diria que seu filho é feliz frequentando a escola que frequenta?
9. Percebe alguma habilidade em seu filho? A escola trabalha essa habilidade?

Apêndice 02.

**Roteiro das entrevistas realizadas com os professores**

1. Qual a sua formação?
2. Como se decidiu pela carreira do magistério?
3. Há quanto tempo atua na área?
4. Nesse período que experiência teve com estudante com alguma deficiência?
5. Como se sentiu ao saber que seria professor de estudante com autismo?
6. Você se sente preparado para lidar com a presença de um autista em sala de aula? Como se preparou?
7. Você lembra alguma situação envolvendo o estudante autista com os demais estudantes que tenha lhe marcou?
8. Como sua escola tem contribuído com a inclusão, conhece algum projeto que tenha a inclusão como foco?
9. Como se dá a participação do sujeito autista no cotidiano de suas aulas com conteúdos e atividades propostas?
10. O estudante autista costuma participar de atividades extraclasses tais como festas e passeios?
11. Fale-me do seu trabalho com o estudante, como você avalia o desenvolvimento dele?
12. Quais os principais desafios encontrados?

Apêndice 03.

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título da pesquisa:** INSERIDO OU INCLUÍDO? UMA ANÁLISE SOBRE ESTUDANTES COM AUTISMO MATRICULADOS NO ENSINO REGULAR DA CIDADE DE CHAPECÓ

**UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul**

**Pesquisadora:** Tais Andreia Camargo

**Email:** tasandriac@gmail.com

Eu, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ autorizo que a pesquisa relacionada acima obtenha gravação (áudio) do (a) estudante \_\_\_\_\_ para fins de pesquisa científica/educacional. Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a meu filho (a) possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, apresentação de TCC ou periódicos científicos. porém, a pesquisadora assume o compromisso ético e profissional de não identificar por nome ou qualquer outra forma os participantes da pesquisa. As gravações ficarão sob a propriedade da pesquisadora pertinentes ao estudo e sob sua guarda.

Assinatura do (a) responsável pelo entrevistado (a) \_\_\_\_\_

Assinatura da pesquisadora \_\_\_\_\_

Chapecó, \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2015.